

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 62.100/2022

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6052.2026/0000176-7

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB A JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, NAS ÁREAS GEOGRÁFICAS QUE COMPÕEM A REGIÃO DA SUBPREFEITURA SANTANA/TUCURUVI, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA- parte integrante deste Edital.

Considerando a AUSÊNCIA DE CÓDIGO ESPECÍFICO para o item, que caracteriza o tipo de contratação, no site <https://www.gov.br/compras>, solicitamos que para a formação da proposta de preços e o registro no sistema, a empresa licitante baseie-se EXCLUSIVAMENTE nas informações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, deste Edital

UASG: 925088 – PMSP – SUBPREFEITURA SANTANA-TUCURUVI.

Endereço: Rua Av. Tucuruvi, 808 – Tucuruvi – São Paulo/SP - CEP: 02304-002

Telefone: (11) 2987-3844

E-mail: licitacaosubsantana@smsub.prefeitura.sp.gov.br

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras>

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO MENSAL

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO

VALOR TOTAL REFERENCIAL: R\$ 503.244,46 (quinhentos e três mil duzentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

DATA:.....: 20/05/2026

HORÁRIO: 10:00 horas

ITEM	ASSUNTO
1.	Embasamento Legal
2.	Objeto, Prazo de Vigência da Contratação
3.	Condições de Participação
4.	Acesso as Informações
5.	Impugnação do Edital
6.	Garantia da Proposta
7.	Apresentação da Proposta e Preços
8.	Abertura da Sessão e Classificação Inicial das Propostas de Preços
9.	Etapa de Lances
10.	Modo Disputa Aberta
11.	Das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
12.	Julgamento das Propostas
13.	Habilitação
14.	Fase Recursal
15.	Adjudicação e Homologação

16. Preço, Reajuste e Dotação
17. Condições do Ajuste e Garantia para Contratar
18. Obrigações da Contratada
19. Penalidade
20. Condições de Recebimento e Pagamento
21. Anticorrupção
22. Disposições Gerais
23. Da Proteção de Dados – Aplicação da Lei nº 13.709/2018 - LGPD

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da **SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI**, por meio de sua **Comissão de Licitação designada pela Portaria 035/SUB-ST/GAB/2025, publicada no DOC 28/07/2025 – pag. 98**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na data, horário acima assinalados, com critério de julgamento de **Menor Preço Mensal**, em conformidade com as disposições deste edital e respectivos Anexos.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site <https://www.gov.br/compras> - UASG nº **925088**, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o **início da sessão às 10 h do dia 20/05/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br> – Subprefeitura Santana-Tucuruvi.

1. EMBASAMENTO LEGAL

1.1 O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições das Leis Federais nº 14.133/2021 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal 56.475/2015, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e todas suas alterações, bem como demais normas complementares aplicáveis à espécie.

2. OBJETO, PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Ordem de Início dos Serviços.

2.1.1 O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminados no Anexo I, deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

2.1.2 Contratação de prestação de serviços de manutenção de vias, logradouros, áreas públicas e desfazimento, através de 02 (duas) equipes padrão, para execução dos serviços na área sob a jurisdição da Subprefeitura de Santana/Tucuruvi, pelo período de 06 (seis) meses, prorrogável por no máximo 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na Minuta de Contrato - Anexo X, deste Edital.

2.1.3. Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

2.1.4. Na ausência de expressa oposição, e observadas às exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

2.1.5. A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

2.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviço constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.

2.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.019.466,76 (três milhões, dezenove mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na pesquisa de preços.

2.4. Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Eduardo Atsushi Kawai

3.1. Poderão participar da licitação as empresas que:

3.1.1. Atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras> – Certificado Digital ICP-Brasil.

3.1.2. As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.

3.1.3. Tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

3.1.4. Não estejam sob processo de falência;

3.1.5. É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimentolicitatório;

3.1.6. Não estejam constituídas em forma de consórcio;

3.1.7. Não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

3.1.8. Não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

3.1.9. Não se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

3.1.9.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação a empresa licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica da empresa licitante.

3.1.9.2 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.1.9.3 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.1.9.4 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.1.9.4.1 As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.1.9.5 Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição.

3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.2.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.2. A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.3. Como requisito para a participação no pregão, a empresa licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e seus anexos.

3.4. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela empresa Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. ACESSO AS INFORMAÇÕES:

4.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico licitacaosubsantana@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

4.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

5.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada na forma eletrônica, através do sistema em campo próprio ou pelo endereço eletrônico: licitacaosubsantana@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

5.2 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail, cópia digitalizada dos seguintes documentos:

5.2.1 Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

5.2.2 Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.3 Caberá ao agente de contratação/Pregoeiro se manifestar-se, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5.5 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

5.6 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e deverá ser motivada pelo agente de contratação/Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.9 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer dentro de prazo estipulado acima, no **sub item 5.1**.

5.10 Não serão reconhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo pra responder pelo proponente.

6. DA GARANTIA DA PROPOSTA

6.1 As licitantes deverão prestar garantia de proposta, que trata o art. 58 da Lei nº 14.133/2021, deverá respeitar o disposto na Portaria SF nº 8, de 21 de janeiro de 2025.

6.2 O valor da garantia para o presente objeto será de R\$ 30.194,67 (trinta mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e sete centavos), equivalente 1% (um por cento) do orçamento estimado.

6.3 A prestação da garantia de proposta, que trata o art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá respeitar o disposto na Portaria SF nº 76, de 22 de março de 2019; Portaria SF nº 338, de 02 de dezembro de 2021, alteradas pela Portaria SF nº 268, de 29 de agosto de 2024 e

Portaria SF nº 8, de 21 de janeiro de 2025.

6.4 A garantia para licitar deverá ser feita nas mesmas modalidades e critérios previstos no artigo 96 da Lei 14.133/2021 e Portaria SF nº 76/2019 e suas alterações, com vigência mínima de 90 (noventa) dias, abrangendo o período do processo licitatório;

6.4.1 No caso específico de recolhimento em dinheiro, a DAMSP será emitida diretamente pelo licitante.

6.4.2 Caso haja prorrogação da data de abertura da sessão pública as empresas participantes deverão observar o prazo de vigência da garantia recolhida.

6.5 A documentação que se refere a garantia da proposta para a participação no presente certame, bem como, o comprovante de pagamento da apólice ou da DAMSP, deverão ser apresentados, juntamente com os documentos elencados no item 12.11 do Edital, em conjunto com os DOCUMENTOS DA PROPOSTA no dia da Licitação, pela licitante vencedora, sob pena de desclassificação.

6.5.1 A garantia somente será considerada válida e aceita após análise e validação de seus documentos comprobatórios, sendo observados os itens de conformidade e as orientações presentes no ANEXO I da Portaria SF nº 08/2025, que altera os termos do ANEXO IX da Portaria SF nº 76/2019.

6.5.2 A licitante é responsável por observar se a garantia cumpre os critérios previstos na Portaria SF nº 76/2019, especialmente em seus artigos 4º, 5º e 6º, acompanhada dos demais documentos exigidos, essencialmente o CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO OBTIDO EM CONSULTA NO SITE DA SUSEP OU DO BACEN.

6.5.3 O pagamento da apólice ou DAMSP deverá ser efetuado antes da abertura da sessão pública.

6.6 O Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio não se responsabilizarão por informações prestadas erroneamente pelas licitantes.

6.7 A Garantia será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, com o **VALOR DO PREÇO MENSAL**, com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

7.2 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.3 A empresa licitante deverá indicar na sua proposta o “Valor” e “Descrição Detalhada da prestação do serviço”, de forma semelhante ao estabelecido no **Termo de Referência - ANEXO I** deste Edital e **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**.

7.4 A empresa licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.

7.5 A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da empresa licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

7.6 A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.7 Os preços cotados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

7.8 Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

7.9 A empresa licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme disposto no **subitem 12.11**, deste Edital, de acordo com o modelo de proposta, que segue como **ANEXO III (Proposta de Preço)**, **III-A**, **III-B** e **III-C** deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na empresa licitante e planilha de composição de custos.

7.10 Não se admitirá alteração nos quantitativos bem como a supressão ou acréscimo de itens de serviços. Em nenhuma hipótese o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia dos equipamentos e materiais, seja com relação a qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, sob pena de desclassificação.

7.11 Não será admitido que a licitante conteste, posteriormente, as composições de custos unitários que compõem a proposta comercial ofertada, de modo que nenhuma outra remuneração será devida e, ainda, não será admitida alegação de responsabilidade solidária da PMSP pelo pagamento de qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com a prestação dos serviços.

7.12 Não serão admitidas alegações posteriores de equívocos ou erros na apresentação da proposta, a título de justificativa para correções, acréscimos ou solicitações de reembolso ou indenizações de qualquer natureza.

7.13 O valor da proposta que ultrapassar o Valor de Referência estabelecido para este certame não será admitido por esta Administração.

7.14 A proposta deverá ter validade de 60 dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7.15 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e do seus Anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.16 Indicar a agência e conta corrente do Banco do Brasil.

8. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1 Na data e horários indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

8.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta melhor classificada.

8.3 Serão desclassificadas as propostas:

8.3.1 Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;

8.3.2 Que por ação da empresa licitante contenham elementos que permitam a sua identificação;

8.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

8.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

8.6 Somente as empresas licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances e posteriormente, da fase de negociação.

9 ETAPA DE LANCES

9.1 Iniciada a etapa competitiva, as empresas licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a empresa licitante imediatamente informada do seu recebimento, registro e valor.

9.2 As empresas licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

9.3 A empresa licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.4 A empresa licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.

9.5 As empresas licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da empresa licitante.

9.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecerem acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.8 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

9.8.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

9.8.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

9.8.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

9.8.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos subitens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.9 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.10 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

9.11 Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.

9.12 Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com as demais empresas licitantes.

9.13 A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento das demais empresas licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

9.14 A empresa licitante melhor classificada deverá, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável a partir de solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, junto com o catálogo contendo as características técnicas dos equipamentos cotados.

9.15 Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 MODO DE DISPUTA ABERTO

10.1 No modo de disputa aberto as empresas licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

10.2 A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.

10.3 Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.4 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

10.5 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.6 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.7 No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.8 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.9 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.1 A microempresa e a empresa de pequeno porte, qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/06, poderão usufruir dos benefícios estabelecidos em seus artigos 42 a 45 ao participar desta licitação, conforme regulamenta o Decreto Municipal nº 56.475/15.

11.2 A microempresa ou a empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida no edital, podendo, todavia, existir no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, documentos que apresentem alguma restrição, sem que isso impeça a continuidade de sua participação na licitação.

11.3 A microempresa ou a empresa de pequeno porte que tenha apresentado documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista com restrição, sagrando-se vencedora da licitação, deverá, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis contados da data da homologação do certame, promover a sua regularização, com a apresentação dos documentos exigidos no edital.

11.3.1. O prazo para regularização da documentação começará a fluir a partir da data de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo - D.O.C., da decisão de homologação do certame.

11.4 Decairá do direito à contratação a microempresa ou a empresa de pequeno porte que não promover a regularização da documentação fiscal e trabalhista no prazo estabelecido, o que ensejará a aplicação das sanções cabíveis e a avaliação de prosseguimento do certame.

11.4.1 As sanções cabíveis deverão ser as estabelecidas para as hipóteses de descumprimento total das obrigações assumidas, observados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e subitem "19.1" deste Edital.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO MENSAL**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

12.1.1 A equipe técnica que auxiliará o pregoeiro na aceitabilidade da proposta deverá verificar a viabilidade, capacidade e produtividade dos equipamentos indicados pelos licitantes, confrontando com as informações dos respectivos fabricantes, podendo diligenciar a respeito.

12.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

12.3 É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no **subitem 10.4.**, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação da empresa licitante previamente a eventual desclassificação.

12.4 O pregoeiro e equipe de apoio irão realizar a consulta aos cadastros, nos termos da Orientação Normativa da Procuradoria Geral Do Município - PGM Nº 3 de 24 de agosto de 2012, como segue:

12.4.1 Lista dos apenados da Prefeitura Municipal de São Paulo; https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/coordenadoria_de_bens_e_servicos_cobes/empresas_punidas/index.php?p=9255

12.4.2 Lista dos apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>

12.4.3 Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>

12.4.4 Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx;

12.4.5 Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

12.4.6 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

12.4.7 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

12.5 Caso a empresa licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

12.6 Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do subitem 7.9

12.7 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

12.8 O Pregoeiro deverá verificar como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

12.9 Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com a empresa licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.

12.10 Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto à exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à empresa licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da empresa licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições no Edital.

12.11 Após a negociação, o Pregoeiro(a) fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo a empresa encaminhar, no prazo máximo de até 2 horas (duas), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preços (Anexo III), III-A, III-B e III-C, com valor do preço final alcançado, juntamente com comprovante do recolhimento da garantia para licitar.

12.12 Caso a empresa necessite de mais tempo para readequar os valores na proposta e planilhas de composição de custos, deverá se manifestar no *chat*, para que o Pregoeiro possa conceder novo prazo.

12.13 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

12.14 Se a oferta não for aceitável ou se a empresa licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o Pregoeiro desclassificará motivadamente a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem da classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo também, negociar com a empresa proponente, para que seja obtido valor vantajoso para a Administração.

13 **HABILITAÇÃO**

13.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

13.2 A documentação para habilitação da empresa licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

13.2.1 Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

13.2.2 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio poderão alcançar os documentos exigidos no **subitem 13.5.1 e 13.5.2** deste Edital, por meio eletrônico, devendo a empresa licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

13.2.3 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela empresa licitante, juntamente com os demais documentos.

13.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem às cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a empresa licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

13.4 Por meio de aviso lançado no sistema via “*chat*”, o Pregoeiro informará às demais empresas licitantes, a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

13.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

13.5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Para **Empresário Individual**: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Para **Sociedade Cooperativa**: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- c) Para **Sociedades Cíveis**: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Para **Sociedades Comerciais**: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto lícitado);
- e) Para **Sociedades por Ações**: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.5.1.1 Nas hipóteses das alíneas “d” e “e”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação;

13.5.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar os documentos pelo participante.

13.5.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – **CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS**;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Estadual**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante – **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL**;
- d) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Municipal**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL**;
- d.1) Na hipótese de não estar cadastrado como contribuinte neste Município, o licitante com sede fora do Município de São Paulo deverá apresentar **declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo** relativamente aos tributos relacionados com a prestação lícitada – **Anexo IV**.
- e) Prova de regularidade fiscal perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF – **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS**;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS**;
- g) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- g.1) Os interessados com sede em outro Município que tenham filial no Município de São Paulo deverão, também, comprovar inscrição no cadastro de contribuintes deste Município.

13.5.2.1. Se o objeto se referir a compra de bens, será exigida inscrição no cadastro de contribuinte estadual, se referir-se à prestação de serviços, será exigida inscrição municipal.

13.5.2.2. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

13.5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 60 (sessenta) dias da data de recebimento dos envelopes, prevista no preâmbulo do Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade;

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

b.1) Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992.

b.2) Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.2.1) Na sociedade empresária regida pelas Leis 6.404/76; 11.638/07; 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

b.2.2) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

b.2.3) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.

b.3) Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral maiores ou iguais a 1,00, apurados segundo os parâmetros estabelecidos no **Anexo VI deste Edital**.

13.5.3.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

13.5.3.2 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.5.3.3 O atendimento dos índices econômicos previstos neste Edital deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil e responsável legal da empresa, apresentada conforme **ANEXO VI**.

13.5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Indicação do(s) responsável(is) técnico(s) da licitante com habilitação necessária para a execução dos serviços, sendo exigida a inscrição na especialidade de Engenheiro Civil, conforme Anexo IX – Modelo de Indicação de Responsável Técnico;

b) Certidão atualizada de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA/CONFEA na qual conste os seus responsáveis técnicos, nas áreas de engenharia civil.

c) A comprovação de que o responsável técnico pertence ao quadro permanente da empresa deve ser feita mediante a apresentação de contrato social ou carteira de trabalho acompanhada da ficha de registro de empregado, ambas com os dados devidamente atualizados, contrato de trabalho ou declaração de contratação futura.

d) A licitante deverá apresentar comprovação de aptidão, para desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome da empresa, nos termos do Artigo 67, § 2, da Lei 14.133/21, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente, com capacidade de 50% (cinquenta por cento) ou mais do objeto, indicando o período da prestação do serviço e caracterização do bom desempenho da licitante, conforme as premissas da Súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE)

- **Manutenção de Vias, logradouros, áreas públicas e desfazimento:**

Quantidade de equipes/mês de manutenção e conservação de logradouros públicos e desfazimentos por mês	Quantidade a comprovar de equipes de manutenção e conservação de logradouros públicos e desfazimentos em um período de 6 meses	Quantidades de equipes total a serem comprovadas

1	6	6
---	---	---

d.1) Entende-se por pertinente e compatível o(s) atestado(s) que comprove(m) a capacidade de fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, considerando que a premissa da Administração objetiva contratar com qualidade e proporcionar maior competitividade no certame. Esta é uma exigência mínima necessária para garantir o cumprimento das obrigações, com competitividade e escolha mais vantajosa para Administração.

d.2) A comprovação da capacidade de atender o objeto da licitação mencionada no item anterior poderá ser feita pela soma de atestados a ela relativos no mesmo período.

d.3) O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

d.4) Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos ou não, de acordo com o artigo 67, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, respaldada ainda no Acórdão 14951/2018 – Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União.

d.5) Declaração subscrita pelo representante legal da licitante e elaborada em papel timbrado, sob as penas da lei, que prestará os serviços dentro das especificações solicitadas, que possui capacidade de prestação dos serviços na(s) quantidade(s) estimada(s) e que disponibilizará os equipamentos necessários.

e) Declaração expressas da licitante de que, caso sagre-se vencedora do certame, compromete-se apresentar após a adjudicação no prazo de 05 (cinco) dias o que segue:

e.1) Comprovação que mantém junto a seus funcionários acordo com o P.R.G. – Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais, para avaliação do participante junto a contratação, exigência da NR Nº 09, aprovada pela portaria Nº GM 3.214 de 08/06/78 e alterações – DOU – despacho SSST Nº 25 de 29/12/94;

e.2) Comprovação que mantém junto a seus funcionários acordo com o P.C.M.S.O – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, e com exames médicos periódicos para avaliação do participante junto a contratação, exigência da NR nº 7 aprovada pela Portaria Nº GM 3.214 de 08/06/78 – DOU – despacho SSST Nº 24 de 29/12/94;

e.3) Declaração de regularidade com as obrigações sindicais e que cumprirá os termos do acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, dos profissionais a serem alocados na execução dos serviços objeto da presente licitação.

e.4) Comprovação que mantém junto aos seus contratantes e seus funcionários, acordo L.T.C.A.T – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, descrito pela Norma Regulamentadora – NR Nº 15, aprovada pela Portaria 3.214/78 (MTE – Ministério do Trabalho e Emprego) para avaliação técnica do Participante junto à contratação;

13.5.5. OUTRAS DECLARAÇÕES

a) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo - As proponentes deverão exibir declaração em papel timbrado da empresa, firmada pelo responsável legal, com indicação do nome, cargo e R.G., atestando, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo à sua habilitação, conforme modelo **Anexo III**.

b) Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, demonstrando o cumprimento ao artigo 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/02 nos termos do modelo constante do **Anexo III** deste Edital.

c) Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, **de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores**, conforme disposições contidas no inciso VI do artigo 68 da Lei Federal nº. 14.133/2021, nos termos do modelo constante no **Anexo III** deste Edital.

d) Em se tratando de **microempresas ou empresas de pequeno porte**, para se submeter ao regime especial da **Lei Complementar nº 123/2006**, além de apresentar os documentos exigidos para fins de habilitação, deverá apresentar **Declaração**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, **subscrita por quem detenha poderes de representação da licitante e por seu contador ou técnico em contabilidade, identificado com seu número de registro perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC)**, nos termos do modelo constante do **Anexo III** deste Edital.

e) Declaração que a empresa não se encontra inscrito no **CADIN – Anexo VI**

13.5.5.1. As declarações supra, deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO V do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

13.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

13.6.1. Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 6 (seis) meses, a contar de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

13.6.2. Os documentos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgãos da imprensa na forma da lei.

13.6.3. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

13.6.4. Os documentos exigidos para habilitação, consoantes o estabelecido neste Edital, **não poderão**, em hipótese alguma, **ser substituídos por protocolos** que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

13.6.5. Todos os documentos, inclusive os originais, serão anexados ao processo licitatório.

13.6.6. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

13.6.7 Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e com o mesmo número do CNPJ e endereço respectivo, sob pena de inabilitação.

13.6.8 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

13.6.9 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz; se a licitante for a matriz e a fornecedora for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente;

13.6.10. Independentemente de a licitante ser matriz ou filial, caso a empresa possua C.C.M. neste Município de São Paulo deverá apresentar certidão negativa de débitos tributários mobiliários relativos a cada cadastro que possua.

13.6.11. Serão aceitas Certidões Positivas com Efeito de Negativa, nos termos da legislação vigente.

13.6.12. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

13.6.13. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

13.6.14. Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

13.6.15. Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, a mesma será inabilitada.

13.6.16. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam ao Edital.

13.6.17. Na situação a que se refere este item, o pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

13.6.18. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

13.6.19. A licitante ficará obrigada a manter durante a vigência do ajuste todas as condições de habilitação.

13.6.20 Conforme estabelecido pelo § 2º do Art. 12 da Lei 14.133/21, nos documentos apresentados pela empresa que necessitam de assinatura do representante legal, será permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

14. FASE RECURSAL

14.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

14.2 Qualquer empresa licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto a empresa licitante declarada vencedora.

14.3 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de até três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

14.4 As demais empresas licitantes ficarão intimadas para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de até três dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.5 Será assegurada a empresa licitante vistas dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual **poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, **a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

14.8 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

14.9 Os recursos interpostos fora do prazo ou do campo próprio do sistema não serão conhecidos

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. PREÇO, REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E DOTAÇÃO

16.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

16.2. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

16.3. Os preços somente poderão ser reajustados ou repactuados, anualmente, de acordo com o art. 128 do Decreto nº 62.100/2022-

16.3.1 O índice de reajustamento de preço, terá como data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º da Lei 14.133/21.

16.3.2. Conforme estabelecido na Portaria SF nº 389/2017, deverá ser adotado como índice de reajuste, a fim de compensar os efeitos das variações inflacionárias, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômica - FIPE.

16.3.3. Os reajustamentos serão formalizados por meio de apostilamento.

16.4. Os pedidos de repactuação, os quais não poderão compreender custos extraordinários, dependerão de requerimento da contratada instruído minimamente com documento que demonstre analiticamente a alteração dos custos, por meio de planilha de custos e formação de preços e acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, desde que não sejam restritos à categoria da Administração Pública em geral.

16.4.1. A planilha que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custos inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

16.4.2. A primeira repactuação observará o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data-limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço ou da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos.

16.4.3. A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá à data do pedido e não será concedida nova repactuação no prazo inferior a 12 (doze) meses contados do último pedido.

16.4.4. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, observados os procedimentos previstos nos arts. 129 a 137 do Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022.

16.5. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

16.6. Os recursos necessários para suporte do contrato, onerarão a dotação nº **45.00.45.10.15.452.4021.2.339.3.3.90.39.00.00.1.500.90010** do orçamento vigente.

17. CONDIÇÕES DO AJUSTE E GARANTIA PARA CONTRATAR

17.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante Termo de Contrato, a ser firmado entre as partes, **conforme minuta do Anexo X** deste Edital.

17.2. Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

17.2.1. Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

17.2.2. A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da homologação do certame, junto ao setor de finanças da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

17.2.3. Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

17.3. O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 18 deste edital.

17.3.1. O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.3.2. O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

17.4. É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

17.4.1. Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

17.4.2. O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/> – Subprefeitura Santana-Tucuruvi.

17.4.3. Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

17.5. A contratada:

a) não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;

b) deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.

c) deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.

17.6. Deverá ser prestada garantia para contratar, nos termos do art. 125 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, com prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, no valor de 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do contrato, que será prestada mediante depósito no Tesouro Municipal, com memorando a ser retirado na unidade contratante para este fim.

17.7. A garantia será prestada nas modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

17.8. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

17.9. O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade.

17.10. A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

17.11. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

17.12. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item 17.7.

17.13 Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

17.14 As alterações contratuais obedecerão ao disposto no Decreto Municipal nº 62.100/2022, Lei Municipal nº 14.145/2006 e Lei Federal nº 14.133/2021.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços, que deverão ser efetuados de acordo com o estabelecido nas normas do edital, em especial do Termo de Referência constantes do ANEXO I.

18.2 A Contratada assumirá a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura do Município de São Paulo.

18.2.1 A inadimplência da Contratada com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração, nem poderá onerar o objeto deste Pregão Eletrônico, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura de São Paulo.

18.2.2 A Contratada assumirá, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

18.2.3 A Contratada assumirá todas as responsabilidades e tomará as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus responsáveis.

18.3 A Contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas por ocasião do procedimento licitatório.

18.4 A execução dos serviços deverá dispor aos profissionais e trabalhadores, segurança e adequadas condições de saúde individual coletiva, sendo que a CONTRATADA deverá assegurar as seguintes condições:

18.4.1 A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade culposa quanto às legislações trabalhistas e previdenciária, bem como suas Portarias e Normas, nem quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.

18.4.2 A CONTRATADA deverá possibilitar as adequadas condições para profissionais e trabalhadores que apresentarem qualquer deficiência de natureza física, mental, intelectual, sensorial e/ou de mobilidade reduzida.

18.4.3 Deverão ser observadas pela CONTRATADA todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio da SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI e de outrem, e aos materiais envolvidos nos serviços a serem executados.

18.4.4 Somente será autorizada a executar projetos, obras e/ou serviços para SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI a CONTRATADA que possuir profissionais qualificados e que estejam instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e apresentem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas. Portanto os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos previstos, os sistemas de proteção individual e coletiva e estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados.

18.4.5 Cabe a CONTRATADA solicitar a SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidentes nas obras e/ou nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a perícia necessária.

18.4.6 Caberá, à CONTRATADA responder pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho, responsabilizando-se pela efetiva e correta utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI) e/ou coletiva (EPC), segundo a legislação vigente.

18.5 Aplicam-se, de igual maneira, as obrigações descritas no Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

19. DAS PENALIDADES

19.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

19.2 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

19.2.1 Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

19.2.2 Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

19.3 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

19.3.1 Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

19.3.2 Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

19.3.3 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

19.4 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas "a" e "b" do subitem 19.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

19.5 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

19.5.1 Com fundamento na Lei 14.133/2021, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, observando-se os procedimentos contidos no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/03, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas na legislação, com as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; ou
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

19.5.2 A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no item 10.1, estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

19.5.3 Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 06 (seis) meses.

19.5.4 Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.

19.5.5 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

19.5.5.1 Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

19.5.5.2 No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

19.5.5.3 Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

19.5.5.4 Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

19.6 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1,0% do valor da medição do mês
2	2,0% do valor da medição do mês
3	3,0% do valor da medição do mês
4	5,0% do valor da medição do mês
5	7,0% do valor da medição do mês
6	10,0% do valor da medição do mês

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter empregado, preposto ou colaborador sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa de serviço.	4	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência

9	Atrasar o prazo de implantação e início de execução dos serviços contratados	2	Por dia
----------	--	----------	---------

Para os itens a seguir, deixar de:

10	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item por ocorrência
11	Cumprir determinação formal instrução complementar da FISCALIZAÇÃO	2	Por ocorrência
12	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
13	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
14	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por iteme por ocorrência
16	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por iteme por ocorrência
17	Disponibilizar os relatórios do sistema de gerenciamento	3	Por dia

19.7 A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.

19.8 Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vales transporte, vales refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor mensal do contrato, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

19.9 Havendo comunicação de desinteresse da CONTRATADA em prorrogar o contrato após o prazo previsto no item 1.3 deste Contrato, estará sujeita à multa de:

- a) 5% (cinco por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 60º e o 89º dia antes do término do contrato;
- b) 10% (dez por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 20º e o 59º dia antes do vencimento do contrato;
- c) 15% (quinze por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação a partir do 19º dia antes do vencimento do contrato até o seu termo.

19.10 A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no **item 19.5.1**, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.

19.11 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

19.11.1. Se os valores das faturas não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

19.11.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

19.11.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

19.11.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

19.12. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.13. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

20. DA MEDIÇÃO, DO PAGAMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

20.1 O processo mensal de liquidação e pagamento, autuado pela Fiscalização, em atendimento à Portaria 275/SF/2024, no ambiente do Sistema Eletrônico de Informações, após requerimento da Contratada.

20.2 A SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, através de sua fiscalização, apropriará os serviços a contento mediante apresentação de boletins de medições e respectivas memórias de cálculos, além de relatório fotográfico. A não apresentação de boletins e periódicos acarretará em não apropriação dos serviços por parte da FISCALIZAÇÃO.

20.3 Todos os serviços integrantes do Termo de Referência Anexo I serão medidos conforme proposta apresentada na licitação.

20.4 A FISCALIZAÇÃO confrontará com as suas anotações e procederá com o aceite ou não dos serviços e/ou quantidades apresentadas.

20.5 As apropriações serão mensais, procedidas pela CONTRATADA, e aferidas pela FISCALIZAÇÃO da SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI.

20.6 A medição deverá seguir o previsto no Edital e no contrato, com atenção aos prazos e documentações exigidas.

20.7 Caberá à Fiscalização, além de todas as tratativas com a Contratada, referente à documentação para fins de pagamento e liquidação:

20.7.1 Consolidar uma planilha resumo de medição, a partir das planilhas de medição elaboradas pela Fiscalização Técnica;

20.7.2 Consolidar uma planilha resumo de regionalização de despesas;

20.7.3 Atestar a Nota Fiscal encaminhada pela Contratada;

20.7.4 Encaminhar a documentação pertinente para fins de pagamento e liquidação à superior administração;

20.7.5 Autuar processo relacionado no SEI para inserção e atualização de certidões da Contratada, requeridas para fins de liquidação e pagamento.

20.8 O pagamento será efetuado exclusivamente por crédito em conta corrente, na Agência indicada pela Contratada, do Banco do Brasil S/A, conforme Decreto Municipal nº 51.197/2010.

20.9 Nos termos de eventuais atrasos de pagamento por culpa exclusiva da Contratante, desde que a licitante contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a aplicação de compensação financeira dos valores devidos deverá atender na íntegra a Portaria SF nº 05/2012.

20.10 Quando das solicitações de pagamento, serão observadas as normas municipais em vigor, relativas ao I.S.S. sobre os serviços prestados.

20.11 Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará a aceitação dos serviços.

20.12 O objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133 e art. 141, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/22.

20.13 As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, ANEXO X deste Edital.

21. ANTICORRUPÇÃO

21.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, nos termos do Decreto Municipal nº 56.633/2015.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Eduardo Atsushi Kawai

22.1 Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da proposta implicará na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital.

22.2 Todos os documentos expedidos pela Contratada deverão ser subscritos por seu representante legal, devidamente qualificado(s) (nome, nº do RG e nº do CPF).

22.3 O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos, declarações exigidas no edital ou apresentá-las em desacordo com o estabelecido neste Edital será inabilitado e desclassificado.

22.4 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

22.7.1. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

22.8 A Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, adiar, revogar ou mesmo anular a presente licitação, sem que isso represente motivo para que as empresas participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização, conforme artigo art. 71, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

22.9 A Contratada obriga-se a manter, durante o prazo de execução do ajuste, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.

22.10 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

22.11 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

22.12 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

22.13 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

22.14 O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

22.15 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro, ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

22.16 Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

22.17 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

22.18 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

22.19 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

22.20 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

22.21 O resultado deste Pregão Eletrônico e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico COMPRAS.GOV, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

22.22 O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico COMPRAS.GOV.

22.23 As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.

22.24 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

23. DA PROTEÇÃO DE DADOS – APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD

23.1. Cada Parte declara e garante à outra que adota todas as medidas necessárias para proteção das Informações Confidenciais, privacidade, segurança da informação e sigilo dos Dados Pessoais, tal como definidos na lei, dos titulares abrangidos ou afetados pelo Contrato, bem como que cumprirá as normas vigentes, incluindo, mas não se limitando, à Constituição Federal, Lei Geral de Proteção de Dados – “LGPD” (Lei federal nº 13.709/2018) e ao Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e, se aplicável a legislação internacional sobre a matéria.

23.1.1. Cada Parte realizará o tratamento de Dados Pessoais eventualmente compartilhados pela outra Parte com observância dos princípios estabelecidos na legislação e, especialmente:

a) tratará Dados Pessoais somente para os fins especificamente autorizados pela Parte Reveladora e com estrita conexão com este Contrato;

b) manterá sua base de dados atualizada, adotará e manterá medidas técnicas e organizacionais apropriadas para proteger os Dados Pessoais contra alterações, tratamentos não autorizados, acidentes ou destruição;

c) garantirá o respeito aos direitos dos titulares de Dados Pessoais, incluindo, mas não se limitando ao acesso e a correção daqueles Dados Pessoais, bem como atenderá prontamente as solicitações da Parte Reveladora para esse fim.

23.2. Nenhuma das Partes tratará ou fará transferência internacional de Dados Pessoais para jurisdição diferente daquela na qual foram originalmente providos, exceto mediante prévia autorização escrita da Parte Reveladora e dos titulares de tais Dados Pessoais. Se a Parte Reveladora e o titular autorizarem o tratamento ou transferência internacional de Dados Pessoais, a Parte Receptora adotará medidas apropriadas que a Parte Reveladora e o respectivo titular desses Dados razoavelmente exigirem para legitimar o tratamento e transferência internacional de Dados Pessoais por terceiros, nos termos da legislação aplicável.

23.3. Nos estritos limites necessários à execução do Contrato, cada Parte autoriza que seus Dados Pessoais e outras informações sejam compartilhados com a outra Parte, assim como obterá de suas respectivas ligadas e de seus Colaboradores abrangidos ou afetados pelo Contrato, como titulares de Dados e Informações necessários à execução do Contrato, as autorizações e compartilhamento.

Faz parte deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I: Termo de Referência – Especificações Técnicas;

ANEXO I-A: Modelo de Ficha Diária de Presença

ANEXO I-B: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SISTEMAS DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE VEÍCULOS UTILIZADOS NOS SERVIÇOS DE ZELADORIA URBANA

ANEXO II: Carta de Autorização para Rastreamento

ANEXO III: Modelo de Proposta de Preços

ANEXO III-A: Planilha de Composição de Custos

ANEXO III-B: Modelo de Planilha de Composição de Leis Sociais Trabalhistas

ANEXO III-C: Modelo de Planilha de Composição de Taxa de Bonificação e Despesas Indiretas

ANEXO IV: Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo

ANEXO V: Modelo de Declarações

ANEXO V-A: Modelo de Declaração atestando sob as penas da Lei que a empresa não se encontra inscrita do CADIN – CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL

ANEXO VI: Critérios para Análise Econômico-Financeira

ANEXO VII: Modelo de Declaração de Regularidade com a Segurança e Medicina do Trabalho

ANEXO VIII: Modelo de Indicação de Responsável Técnico

ANEXO IX: Declaração de Disponibilidade dos Veículos e Equipamentos

ANEXO X: Minuta do Contrato

São Paulo, 30 de Abril de 2026.

**EDUARDO ATSUSHI KAWAI
SUB-ST/CPL
Portaria n°.35/SUB-ST/2025**

Eduardo Atsushi Kawai

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – SERVIÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: SEI nº 6052.2025/0000000176-7

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Contratação de serviços de manutenção de vias, logradouros, áreas públicas e desfazimento, através de 02 (duas) equipes padrão, para execução dos serviços na área sob a jurisdição da Subprefeitura de Santana/Tucuruvi, pelo período de (06) meses.

Os serviços serão prestados no Município de São Paulo, nas áreas geográficas que compõem a região da Subprefeitura Santana/Tucuruvi, observadas as especificações técnicas contidas neste Anexo.

Quantitativo:

02(duas) equipes/mês

Prazo do Contrato:

06(seis) meses, a Ordem de Início se dará após assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições iniciais da contratação.

Adequação orçamentária:

A despesa com a contratação do objeto onerará a dotação orçamentária n.º 45.10.15.452.4021.2.339.3.3.90.39.0000.1.500.9001.0

Justificativa:

A necessidade se faz pela quantidade de espaços públicos que a Subprefeitura de Santana/Tucuruvi possui em sua jurisdição, a SUB-ST dispõe hoje de 420 ordens de serviços, onde é essencial a manutenção constante pelo grau de deterioração de guias, sarjetas, passeios, manutenção de praças, muros e desfazimento, visando assegurar a continuidade, eficiência e regularidade dos serviços públicos prestados. Os serviços serão prestados à Supervisão Técnica de Manutenção e nos prédios administrativos que compõem esta Subprefeitura. Salienta-se que não há em nossos quadros de funcionários profissionais na área de conservação e manutenção de logradouros para atender as demandas desta Subprefeitura de Santana Tucuruvi.

O objeto caracteriza-se como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

O Estudo Técnico Preliminar demonstrou a viabilidade técnica e econômica da solução adotada, bem como a inexistência de alternativa interna apta a suprir a demanda.

Especificação do objeto:

Prestação de serviços de manutenção de vias e logradouros públicos, áreas públicas e desfazimento através de 02 (duas) equipes, à Subprefeitura de Santana/Tucuruvi.

Os serviços serão prestados em áreas sob a jurisdição da Subprefeitura de Santana/Tucuruvi, obedecendo as especificações previstas neste Termo de Referência.

1. DAS EQUIPES:

01 (uma equipe)

1.1. Mão-de-obra:

- a) 01 (um) técnico — nível médio (formação em edificações ou construção civil);
- b) 04 (quatro) oficiais (serão consideradas como oficiais as funções de pedreiro, serralheiro e eletricista, devendo estar aptos a realizar quaisquer das funções solicitadas);
- c) 08 (oito) serventes
- d) 01 (um) operador de motosserra para cada 2 (duas) equipes contratadas. Na hipótese de Contratação de número ímpar de equipes, deverá ser definido pela fiscalização, em conjunto com a contratada, previamente à assinatura do contrato, a quinzena de trabalho (1º. ou 2º)

1.2. Veículos e Equipamentos (incluindo motorista/operador. combustível e manutenção)

- a) 01 (um) Caminhão basculante – 4 m3
- b) 01 (um) Caminhão com carroceria de madeira, capacidade de 8 toneladas, equipado com guindaste tipo "munck", capacidade mínima de 3 toneladas;
- c) 01 (uma) Retroescavadeira com capacidade da caçamba frontal de 0,76 m3 para cada 01 (uma) equipe. 01 (um) Furgão longo (Van), teto alto;
- d) 01 (uma) Motosserra de porte médio (será disponibilizada apenas quando houver solicitação da fiscalização)
- e) para cada 2 (duas) equipes contratadas. Na hipótese de contratação de número ímpar de equipes, deverá ser definido pela fiscalização, em Conjunto com a contratada,

- f) previamente à assinatura do contrato, a quinzena de trabalho (1º. ou 2º) de cada um desses equipamentos. 01 (um) Banheiro químico para cada 1 equipe contratada.
- g) 01 (uma) Serra circular para corte de concreto profundidade mínima 13 cm.
- h) 01 (uma) Betoneira para cada 02 (duas) equipes contratadas - 400 litros.
- i) 01 (um) gerador portátil monofásico, potência 5500 Va, motor a gasolina, potência do motor 13 cv- Chp Diurno
- j) 01 (um) maçarico a gás profissional para 02 (equipes) contratadas.
- k) 01 (um) Compressor de ar com martete rompedor para cada 1 (uma) equipe contratada. 01 (um) compactador de solos tipo "sap" para cada 1 (uma) equipe contratada.
- l) 03 (três) sinalizadores visuais rotativos.

Os veículos deverão ser de cor branca nos termos do Decreto Municipal 29.431/90

1.3. Ferramentas e material de sinalização (sugerido)

- a) 04 (quatro) alavancas lisas de 1,50m para guias;
- b) 04 (quatro) arcos de serra com 10 lâminas para troca por mês;
- c) 04(quatro) desempenadeiras de plástico corrugadas;
- d) 04 (quatro) desempenadeiras de plástico lisas;
- e) 04 (quatro) esquadros de aço temperado metálico 12";
- f) 03(três) facões de 18";
- g) 04 (quatro) machados;
- h) 04 (quatro) marretas de 1kg
- i) 04 (quatro) marretas 5kg;
- j) 04 (quatro) martelos para pedreiro;
- k) 04 (quatro) ponteiros;
- l) 04 (quatro) talhadeiras;
- m) 02 (dois) tambores / bombonas de 200 litros para transporte de água;
- n) "02 (duas) máquinas tipo guilhotina para corte de aço até 1/2";
- o) 2(duas) tesouras para corte de aço até 1/4";
- p) 2 (dois) torquês;
- q) 3 (três) serrotes de 20
- r) 02 (dois) martelos tipo carpinteiro;
- s) 08 (oito) pás sendo 4 de bico 4 quadradas;
- t) 08 (oito) enxadas;
- u) 08 (oito) espátulas;
- v) 08 (Oito) escovões
- w) (quatro) picaretas;
- x) (oito) vassourões;
- y) (quatro) carrinhos de mão de pneus com câmeras, em chapa 18 reforçada;
- z) 08 (oito) brochas;
- aa) 10 (dez) cones de sinalização pequenos (h = 500 mm, peso = 0,5 kg);
- bb) 10 (dez) cones de sinalização médios, com orifício central para sinalizador (h =750 mm, peso>1,5kg)
- cc) 06 (seis) cones de sinalização grandes (h =1.100 mm, peso = 6 kg - vazio), também conhecido por conão ou canalizador do tráfego, com espaço para lastro de areia ou água;
- dd) 10 (dez) cavaletes de madeira tipo CET'
- ee) 30 (trinta) metros de fita para isolamento tipo CET;
- ff) 04(quatro) bandeirolas;
- gg) 200 (duzentos) metros de tela de polietileno reflexiva para sinalização;
- hh) 01 (uma) lona plástica (4x30m);
- ii) 100 (cem) metros de corda com diâmetro mínimo de 12 mm e peso mínimo 100 g/m;
- jj) 20 (vinte) metros de mangueira de nível (5/16");
- kk) 02 (dois) Níveis de mão de alumínio com 50 cm;
- ll) 02 Níveis de mão de madeira com 50 cm;
- mm) 02 (duas) duas trenas de aço de 5mx19mm•,
- nn) 02 (duas) trenas de Nylon > ou 30 metros de madeira;
- oo) 06(seis) rolos de linha de pedreiro
- pp) 03(três) prumos;
- qq)(seis) colheres de pedreiro, sendo 2 pequenas, 2 médias e 2 grandes; 02 (duas) régua em alumínio com 2,00m;
- rr) 01 (uma) régua em alumínio 2.50m; 01 (uma) régua em alumínio 3,00m; 01(um)trado manual:
- ss) 02 (duas) cavadeiras
- tt) 03 (três) vangas;
- uu) 03(três) chibancas;
- vv) 6 (seis) metros de corrente 5/16";
- ww) 200 m (duzentos metros) de linha de pesca 0,100 para alinhamento de guias;
- xx) 10 baldes plásticos para concreto 12 litros;
- yy) 06 caixas plásticas para argamassa 20 litros

A lista acima é sugerida, devendo a contratada disponibilizar todas as ferramentas e materiais de sinalização adequados a cada tipo de serviço a ser executado.

1.4. Uniformes e equipamentos de proteção individual:

- a) 17(dezessete) uniformes completos;
- b) 17(dezessete) pares de botas;
- c) 14(catorze) pares de luvas de raspa de couro;
- d) 20 (vinte) coletes com faixas reflexivas;
- e) 17 (dezessete) capacetes;
- f) 17(dezessete) óculos de proteção facial;
- g) 17 (dezessete) capas para chuva amarela (Reforçadas)

2 Especificações

2.1 Todas as ferramentas, equipamentos, acessórios, uniformes e material de sinalização deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, sendo substituídos sempre que necessário, e transportados conforme necessidade diária dos serviços.

2.2 A Equipe terá, necessariamente, que contar com todos os funcionários, devidamente uniformizados, incluindo botas, capacetes e demais equipamentos para a correta prestação dos serviços cujo padrão e cor deverão seguir a Portaria nº 15/SMSP/2010.

2.3 Nos trabalhos em vias públicas, os funcionários deverão obrigatoriamente usar faixas refletivas na indumentária, e demais itens de segurança previstos e recomendados por lei e/ou normas pertinentes ao objeto, sendo de única e exclusiva responsabilidade da contratada o seu cumprimento,

2.4 O não comparecimento da Equipe, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente, acarretará sanções à empresa contratada, de acordo com o estabelecido na minuta de contrato.

2.5 Os veículos, equipamentos, ferramentas, material de sinalização, uniformes e equipamentos de proteção individual, relacionados neste termo, bem como o que for necessário ao bom desempenho dos serviços, serão fornecidos pela empresa detentora.

2.6 Os veículos, caminhões e equipamentos, exceto a motosserra, betoneira, ficarão à disposição 184,89 horas mensais.

2.7 A ausência ou o mau funcionamento dos veículos/equipamentos exigidos desde que impeçam o trabalho da equipe como um todo ensejará a recusa da equipe, configurando ausência injustificada para fins de desconto de 100% (cem por cento) do valor da equipe/dia e aplicação da penalidade prevista na minuta de contrato.

2.7.1 As ausências deverão ser compensadas dentro do mesmo mês, ou do mês Subsequente, em comum acordo com a fiscalização. Não havendo as compensações nos dias pactuados, serão descontadas na medição do mês subsequente, no percentual de 3% (três por cento) por ausência/dia, incidente sobre o valor da equipe/mês.

2.7.2 Todos os veículos/equipamentos a serem utilizados para execução dos serviços objeto da minuta de contrato deverão ser submetidos à vistoria técnica pela fiscalização da Subprefeitura de Santana/Tucuruvi.

2.7.2.1 A Vistoria dos veículos/equipamentos será realizada com a presença do representante da empresa detentora.

2.7.3 A empresa detentora se obriga a socorrer os veículos/equipamentos que apresentarem defeito ou sofrerem acidente, consertando-os no próprio local, quando possível, ou então substituí-los de imediato a critério da fiscalização da Unidade Requisitante. Nestes casos ou mesmo quando da parada para manutenção preventiva dos veículos/equipamentos, serão toleradas as suas substituições por no máximo 03 (três) dias corridos, sem que seja efetuada a vistoria pela fiscalização, a critério e sob a responsabilidade única e exclusiva da empresa contratada.

2.8 Os veículos deverão utilizar o sistema de rastreamento e monitoramento do tipo GPS (ANEXO I-B) nos termos da Portaria nº 28/SMSP/GAB/2014, apresentando relatório dos itinerários à Fiscalização.

2.9 No caso da ocorrência de apreensão ou remoção de algum veículo/equipamento, as despesas decorrentes da retirada, guincho e outras, correrão por conta da empresa detentora, sem prejuízo da sua pronta substituição.

2.10 Obriga-se a empresa contratada a Substituir, durante a vigência dos contratos, os veículos/equipamentos que ultrapassarem 10 (dez) anos de fabricação para Furgão (Van) e 15 (quinze) anos de fabricação para Caminhões.

2.11 Serão aceitos caminhões e demais equipamentos de categoria superior, sem qualquer ônus adicional à Administração e desde que o serviço a ser realizado permita a utilização destas alternativas.

- 2.12** Os funcionários colocados à disposição da Administração pela contratada para integrar a equipe e deverão estar perfeitamente treinados para execução dos serviços que lhes competem. Quando algum funcionário for rejeitado pela fiscalização, deverá ser substituído em 24 horas. A substituição deverá ser devidamente justificada por escrito.
- 2.13** Serão toleradas, sem aplicação de desconto ou penalidade, até 16 (dezesesseis) ausências de funcionários por equipe/mês, que deverão ser compensadas dentro do mesmo mês, ou do mês subsequente, em comum acordo com a fiscalização. Não havendo as compensações nos dias pactuados, será descontada na medição do mês subsequente, no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) por ausência/dia, incidente sobre o valor da equipe/dia.
- 2.14** Os atrasos ou saídas antecipadas de funcionários no decorrer da jornada diária de trabalho, quando necessárias em razão de motivo relevante aceito pela fiscalização, desde que mantida pela empresa detentora a condição operacional da equipe e a qualidade dos serviços, será anotada na ficha de produção e acarretará, por ocorrência e por funcionário, desconto na medição do mês, no percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor da equipe/dia por hora elou fração de hora não trabalhada.
- 2.15** Os serviços da equipe deverão se restringir à seguinte natureza:
- 2.15.1** Conservação de pequenos muros de arrimo;
- 2.15.2** Conservação, alteamento, troca e rebaixamento de guias;
- 2.15.3** Conservação de passeios, canteiros, sarjetas e sarjetões;
- 2.15.4** Conservação de calçamentos, concreto, e demais tipos de revestimentos;
- 2.15.5** Conservação de floreiras, canteiros, escadarias, rampas, muretas, brinquedos e similares em praças e áreas públicas;
- 2.15.6** Pintura de guias, postes, gradis de pontes e viadutos;
- 2.15.7** Conservação de bocas de lobo e boca de leão, incluindo troca, nivelamento e assentamento perfeito da tampa da boca de lobo e de tampões de poços de visita;
- 2.15.8** Conservação e reparos no interior e acessos dos túneis e passagens inferiores, como revestimento das paredes, e sistema de aptações de águas pluviais, apoio das vigas de sacrifício;
- 2.15.9** Alambrados, placas de identificação, "guard-rail" muretas New Jersey; elementos de concreto orientadores do tráfego;
- 2.15.10** Desfazimento de construções irregulares de alvenaria e madeira;
- 2.15.11** Remoção de cercas e demarcações de áreas;
- 2.15.12** Remoção de materiais de construção, entulhos, restos de construções e grandes objetos, inclusive infraestrutura, colocados, assentados ou construídos irregularmente em áreas de proteção ambiental, margens de córregos e rios, localizadas em vias, logradouros públicos, áreas municipais e imóveis públicos e privados, com a utilização de equipamentos manuais, mecânicos elou hidráulicos e reposição do solo no local. (ordem interna 03/08 - PREF-GAB 08/07/08);
- 2.15.13** Remoção do material excedente e restos de entulho. A utilização de motosserra ficará restrita ao corte de madeiras de maior porte provenientes das demolições. Seu uso ficará a critério da fiscalização que deverá avisar a empresa com antecedência de 24 horas da necessidade da utilização do equipamento. Não será permitido o uso da motosserra para fazer poda de árvores, em nenhuma hipótese.
- 2.16.** A quantificação dos serviços executados deverá constar da ficha de produção diária, acompanhada de relatório fotográfico do serviço executado, discriminando todas as atividades desenvolvidas pela equipe para verificação da produtividade.
- 2.17.** A contratada providenciará, por meio do Técnico componente da equipe, os relatórios fotográficos diários que acompanharão o relatório diário e farão parte da medição mensal dos serviços. A falha na apresentação do relatório implicará multa à razão de 0,1% do valor mensal da equipe, por relatório diário não apresentado ou incompleto.
- 2.18.** Os resíduos oriundos dos serviços deverão ser recolhidos e retirados imediatamente após a conclusão dos trabalhos, não podendo permanecer no local após o término da jornada de trabalho.
- 2.19.** A descarga dos resíduos deverá ser efetuada pela empresa contratada em local indicado pela Prefeitura.
- 2.20.** A equipe poderá ser desmembrada, a critério da fiscalização, para atendimento de serviços em locais distintos, desde que mantido o acompanhamento pelos responsáveis.
- 2.21.** Os serviços deverão ser vistoriados diariamente pelo encarregado designado pela unidade contratante, sendo este responsável pela fiscalização e pela conferência das fichas de produção diária .
- 2.22.** A critério da fiscalização, quando os serviços não forem executados em conformidade com a boa técnica, deverão ser refeitos pela empresa contratada, sem qualquer ônus para a contratante, em horário e/ou dia diferentes dos programados para execução dos serviços normais da equipe, devendo a ocorrência ser apontada no campo de informações complementares da ficha de produção diária,
- 2.23.** Em cada processo mensal de pagamento de medições, deverão ser anexadas as fichas de produção diária e relatório diário, referentes aos serviços executados. Nestas fichas deverão Ser anotados todos os fatos ocorridos durante a execução dos serviços, tais como: horário de apresentação e de dispensa das equipes, os atrasos, ausências e saídas antecipadas de funcionários, quebra ou defeito e horas paradas de veículos/equipamentos, devendo ter o visto do encarregado da Prefeitura. O modelo existente é resumido e poderá ser aprimorado de modo que fiquem registrados todos os serviços realizados.
- 2.24.** Deverá ser disponibilizado pela contratada aparelho de rádio comunicação, devidamente homologado pela Anatel ou aparelho celular, na forma a seguir indicada:

N.º DE EQUIPES	ENCARREGADO / CONTRATADA	FISCALIZAÇÃO PMSP
2	2	2

2.25. As contratações visam principalmente a manutenção preventiva e preditiva, portanto, a programação diária dos serviços, deverá primar pela produtividade, com qualidade e racionalização da programação dos serviços, devendo a contratante vistoriar e relacionar todas as áreas de um mesmo setor ou distrito que necessitar de manutenção.

2.26. Ficam vedadas a cessão, transferência total ou parcial dos serviços e a subcontratação total dos trabalhos.

3. UNIFORMES

3.1 Os Uniformes deverão observar os padrões definidos pela Portaria nº 15/SMSP/2010, ou outra que vier a substituí-la.

3.2 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (E.P.I)

3.3 Todos os Equipamentos de Proteção Individual (E.P.Is.) deverão ter Certificado de Aprovação - CA. Emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

3.4 Equipamentos de Proteção Individual (EPI) completos, com reposição imediata para itens descartáveis ou que se danifiquem durante o uso, que deverão estar sempre em perfeitas condições de uso e disponíveis para cada membro da equipe.

3.5 Constam, como equipamentos de proteção necessários:

3.6 Abafadores de ruídos, Capacete de segurança, óculos de proteção, manga de couro/Mangote, aventais de couro, respirador semi facial, com filtro, protetor facial, luva de raspa, luva anti vibração para rompedor.

4 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Manutenção constante pelo grau de deterioração de guias, sarjetas, passeios, manutenção de praças, muros e desfazimento. Os serviços serão prestados à Supervisão Técnica de Manutenção e nos prédios administrativos que compõem esta Subprefeitura.

4.2 Outros serviços não listados anteriormente, mas que sejam de interesse da Administração.

5 DOS VEÍCULOS

5.1 Os veículos deverão ser de cor branca nos termos do Decreto Municipal no 29.431/90 e a PORTARIA NP 28/2014/SMSP (SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS publicado no DOC 19/06/2014 pag. 05)

5.2 No Caso de veículo/equipamento apresentar defeito ou sofrer acidente em trânsito, o socorro de guincho e demais providências não terá ônus a contratante.

5.3 O veículo danificado/quebrado deverá ser substituído em até 24 (vinte e quatro) horas corridas após o comunicado da ocorrência, caso não esteja em condições de utilização,

5.4 Inserir Adesivos em conformidade com o modelo definido pela PMSP; a placa de identificação do veículo deverá obedecer aos padrões da PMSP.

5.5 Caso o veículo venha a ser utilizado em serviços particulares de responsabilidade da contratada, fora do horário de trabalho previsto no contrato, as placas ou adesivos da PMSP, deverão ser removidos, sob pena de multa de no mínimo 1% do valor do contrato, para cada vez que houver o descumprimento desta regra

5.6 os veículos/equipamentos deverão ter os respectivos Certificados de Registro de Veículos conforme exigência da lei Municipal n.9 13.959/05

5.7 para veículo registrado em outro Município, deverá ser providenciada a competente transferência, junto ao Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, no prazo de 30 (trinta) dias da data da ordem de início do contrato, conforme exigência da Lei municipal 13.959/05.

5.8 Os veículos que não se enquadrarem na exigência do item anterior serão considerados inexistentes para efeito do contrato a que estiverem vinculados, conforme dispõe a Lei municipal nº 13.959/05,

5.9 Todos os equipamentos a serem utilizados para execução dos serviços objeto do contrato, deverão ser submetidos à vistoria prévia antes da expedição da Ordem de Início e periodicamente a critério da administração e a Contratada deverá apresentar a documentação conforme segue:

- Relação de veículos;
- Cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos;
- Cópias autenticadas das Carteiras Nacionais de Habilitação dos Motoristas;
- Cópia autenticada de locação de veículo, se for o caso

5.10 Além das condições previstas neste Edital, na vistoria técnica será verificada a condição adequada de fixação das placas de identificação e condições dos equipamentos, dentre elas isenção de avarias e defeitos graves aparentes na cabine, falta de lanternas de sinalização e sinalizadores visuais rotativos ou intermitentes na cor âmbar em todos os equipamentos, bem como adaptações inadequadas que afetem as características dos veículos e a segurança do uso em vias públicas.

5.11 Havendo a necessidade de substituição dos equipamentos vistoriados, o substituto deverá igualmente ser submetido à vistoria, que será solicitada pelo responsável pela fiscalização dos serviços.

Eduardo Atsushi Kawai

- 5.12** Todos os veículos, máquinas e equipamentos colocados à disposição da PMSP pela contratada, sejam eles remunerados por mês ou hora de utilização, deverão ser conduzidos por profissionais treinados e habilitados para tal, cabendo à contratada toda e qualquer responsabilidade por danos ou acidentes advindos de negligência no cumprimento dessa obrigação.
- 5.13** A contratada deverá possuir e manter em perfeito funcionamento nos veículos e nos caminhões permanentemente à disposição da equipe, equipamento de monitoramento e rastreamento GPS durante a vigência do Contrato, nos termos da PORTARIA N° 24 DE 18 DE JUNHO DE 2018, Anexo 1-B.
- 5.14** Fica expressamente proibido o transporte de funcionários no compartimento de carga dos caminhões.
- 5.15** A restrição de circulação de Veículos e Caminhões, previstas na legislação, deverá ser cumprida pela contratante e pela contratada.
- 5.16** Para os casos de quebra ou parada para manutenção dos veículos e caminhões serão tolerados veículos e caminhões substituídos por no máximo 03 (três) dias corridos, sem que seja efetuada vistoria junto, a critério e sob a responsabilidade única e exclusiva do Responsável Técnico da contratada, com a devida ciência do Fiscal da contratante,
- 5.17** A ausência de qualquer dos caminhões ensejará a recusa da equipe, configurando ausência injustificada para fins de desconto de 100% (cem por cento) do valor da equipe dia e aplicação de penalidade.

6 ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços consistirão em reforma, reparo e execução de serviços em logradouros públicos em áreas sob a jurisdição da SUB-ST, como manutenção constante pelo grau de deterioração de guias, sarjetas, passeios, manutenção de praças, muros e desfazimento. Os Serviços serão prestados à Supervisão Técnica de Manutenção e nos prédios administrativos que compõem esta Subprefeitura de acordo com as instruções fornecidas pela Unidade Requisitante.

6.2. As instruções para a execução dos serviços, inclusive locais a serem reparados deverão constar de Ordem de Execução de Serviços a ser expedida pela contratante,

6.3 Os funcionários deverão estar sempre devidamente uniformizados e identificados, para a correta prestação dos serviços.

6.4. O equipamento deverá ser apresentado, juntamente com os funcionários, nos locais indicados pela Contratante, completo e com todos os instrumentos e ferramentas necessários à execução do serviço.

6.5. Os serviços poderão ser executados de segunda a sábado, em jornadas de 44 horas semanais, em horários diurnos ou noturnos, sem que haja acréscimos ou supressões nos preços, horários esses que deverão ser estabelecidos pela Contratante quando da expedição da Ordem de Serviço, sendo passível de alterações de modo a atender as necessidades da Contratante. Caso seja necessária a utilização dos serviços além do previsto anteriormente, poderá ser feita a compensação de jornada, sendo fornecida folga a equipe, a critério da

fiscalização, de modo a não atrapalhar o bom andamento do serviço

6.6 para os fins do item 6.5, deverá ser considerado o período de efetiva disponibilização para os serviços, não podendo ser computado o tempo de percurso de transporte dos funcionários para o local de apresentação das equipes/equipamentos, bem como o do local de trabalho para a empresa (contratada).

6.7 Considera-se tempo trabalhado o computado entre o horário de apresentação das equipes com os equipamentos e o de sua liberação pela contratante, descontadas as horas destinadas às refeições e eventuais períodos gastos com manutenção do equipamento.

6.8 Será considerado diurno o período compreendido entre as 06:00 e 22:00 horas e noturno o período compreendido entre as 22:00 e 06:00 horas.

6.9 Uma vez estabelecida a faixa de horário em que o veículo/equipamento estará disponibilizado na Ordem de Serviço, para alteração desta faixa, deverá a Contratante notificar a Contratada com antecedência de 05 (cinco) dias corridos do início da nova faixa de horário.

6.10 A Contratada deverá respeitar rigorosamente todas as regras constantes das normas trabalhistas pertinentes.

6.11 Nos trabalhos em vias públicas, os funcionários deverão obrigatoriamente usar faixas refletivas na indumentária e demais itens de segurança previstos e recomendados por lei ou normas pertinentes, sendo de única e exclusiva responsabilidade da contratada o seu cumprimento.

6.12 Os funcionários colocados à disposição pela contratada para a prestação dos serviços deverão estar perfeitamente treinados para a execução dos serviços que lhe competem.

6.13 A fiscalização poderá rejeitar funcionários apresentados pela contratada, caso em que os mesmos deverão ser substituídos em, no máximo, 24 horas.

6.14 A não apresentação do equipamento ou a impossibilidade de sua utilização implicará à aplicação das sanções previstas no contrato.

6.15 A ausência do motorista e/ou operador dos equipamentos ou de algum dos serventes não será tolerada e será considerada não apresentação;

6.16 Os equipamentos, ferramentas e material necessário para a prestação dos serviços serão integralmente fornecidos pela contratada e deverão estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, devendo a Contratada substituir aqueles que não atenderem a essa exigência;

6.17 A Contratada se obriga a socorrer o veículo/equipamento que apresentar defeito ou sofrer acidente, consertando-o no próprio local, quando possível, ou substituí-lo de imediato.

6.18 No caso de apreensão de algum equipamento, as despesas decorrentes da retirada, guincho e outras correrão por conta da Contratada.

6.19 A Contratada deverá manter ficha de produção diária de cada equipe/equipamento, acompanhada de relatório discriminando e quantificando as atividades desenvolvidas pela equipe, que deverão ser anexados em cada processo mensal de pagamento.

6.20 A Contratante deverá indicar um funcionário público responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, que deverá vistoriar diariamente as atividades da Contratada;

6.21 Deverá ser disponibilizado pela contratada aparelho de comunicação, tipo celular ou similar, com acesso a rede de internet devidamente homologada pela ANATEL.

6.22 A disponibilização será de 01 (um) aparelho de celular para encarregado de cada equipe e 01 (um) aparelho de celular a disposição da fiscalização da Contratante para cada equipe.

7 PRODUTIVIDADE

7.1 A presente contratação visa atender a demanda de solicitações, principalmente às demandas dos munícipes provenientes do Sistema de Gestão de Zeladoria (SGZ),

7.2 O critério de medição será o do preço fechado de equipe de logradouros/mês para a equipe, já incluído o valor relativo ao fornecimento dos materiais de consumo.

8 RESÍDUOS E LIMPEZA

8.1 A remoção de todos os resíduos gerados na execução dos serviços deverá ocorrer imediatamente após sua conclusão, não podendo restar materiais a serem removidos posteriormente, exceto quando julgar necessária a proteção do serviço executado por tempo determinado.

8.2 O entulho porventura existente na área deverá ser removido.

8.3 A remoção e a descarga dos resíduos deverão ser efetuadas pela contratada em local indicado pela contratante, dentro da carga horária de prestação de serviço da equipe.

9 HORÁRIO E JORNADA DE TRABALHO

9.1 Os serviços poderão ser executados diariamente pela contratada, exceto nos domingos e feriados oficiais, atuando em jornada regular de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e turno diário de segundas a Sextas feiras, com 9 (nove) horas, das quais 8 (oito) horas efetivamente trabalhadas e uma hora de intervalo para refeição e descanso. No sábado, o turno diário será de 4 (quatro) horas.

9.1.1 O cálculo de horas trabalhadas será: 184,89 horas.

9.2 Se necessário for, e a critério da fiscalização, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado previamente à contratada. Em decorrência desse fato, será admitida a concessão de folga a fim de compensação por jornada extra.

9.3 Para fins do disposto no subitem anterior, a contratada deverá submeter à fiscalização, a escala de folgas decorrentes de trabalho em jornada estendida em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente.

9.4 A equipe deverá se apresentar nos locais indicados pela fiscalização, na data e horário pré-estabelecidos, com o pessoal completo, uniformizado e com os equipamentos de proteção individual e coletivos, e com todos os equipamentos devidamente abastecidos, ferramentas e material de sinalização.

9.5 A dispensa da apresentação da equipe conforme determinado acima somente poderá acontecer com autorização por escrito da fiscalização, no Livro de Ordem.

9.6 Os atrasos ou saídas antecipadas de funcionários no decorrer da jornada diária de trabalho, quando necessárias em razão de motivo relevante aceito pela fiscalização, desde que mantida a condição operacional acarretará, por ocorrência, desconto na medição do mês, no percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor/dia correspondente ao componente da equipe com atraso ou saída antecipada, por hora e/ou fração de hora trabalhada.

9.7 Os atrasos na apresentação ou saídas antecipadas da(s) equipe(s) poderão, a critério da fiscalização, ser devidamente compensados no final da jornada de trabalho do mesmo dia, ou dentro do mês de trabalho, sem qualquer ônus para a contratante, em data a ser acordada entre as partes.

9.8 A não compensação das horas não trabalhadas acarretará desconto na medição do mês, no percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor da equipe/mês, por hora fração de hora não trabalhada, sem prejuízo da aplicação de penalidade.

9.9 Ao não comparecimento da equipe será descontado o valor referente ao dia de toda a equipe e acarretará a aplicação de penalidade. Especificamente durante os períodos de afastamento para gozo regular de férias anuais, a contratada deverá providenciar a imediata substituição do(s) funcionário(s) vinculado(s) à execução contratual em tela, por outro(s) profissional(is) de qualificação equivalente e, portanto, necessariamente dotado(s) de idêntica especialização e habilitado(s) a executar o mesmo tipo de serviço.

10 INSUMOS

10.1. Todos os insumos necessários à execução dos serviços, que não constam na planilha orçamentária, inclusive água, serão fornecidos pela contratante, já incluídos no preço global final.

11 PROCEDIMENTOS

11.1 A fiscalização indicará em Ordem de Serviço os logradouros em que a equipe deverá atuar, bem como os serviços que deverão ser realizados.

11.2 As situações não previstas em Ordem de Serviço e que ocorrerem durante a execução dos serviços deverão ser comunicados pela contratada no Livro de Ordem diariamente e analisadas pela fiscalização, que deverá se pronunciar da mesma forma,

11.3 Ao final do mês, a contratada apresentará Relatórios Mensais contendo:

- 11.3.1** Os serviços executados e a relação do material consumido (especificação e quantidade), bem como o resíduo gerado (tipo), constantes na "Ficha Diária de Produção", e a documentação digital fotográfica (uma foto antes da intervenção, uma durante e outra depois). (SGZ)
- 11.3.2.** As fotos de antes, durante e de após a execução dos serviços deverão ser tomadas do mesmo ponto de referência. AS imagens deverão registrar de maneira objetiva o(s) serviço(s) executado(s)
- 11.3.3.** A presença da equipe, equipamentos, máquinas e veículos, conforme "Ficha Diária de Presença" (anexo 1- A)
- 11.3.4.** Controle Mensal de Produtividade
- 11.3.5.** Outros relatórios, conforme o caso, se julgado necessário e solicitado pela fiscalização: Relatório da prestação de serviço do Caminhão (GPS);
- 11.3.6.** Relatório dos materiais utilizados: água, tintas, material de alvenaria, etc.

11.4. A fiscalização analisará os Relatórios Mensais que, com o seu parecer favorável, serão parte integrante do processo de pagamento mensal.

12 PENALIDADES

12.1 Com fundamento na Lei 14.133/2021, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, observando-se os procedimentos contidos no Capítulo V do Decreto Municipal nº 62.100/2022, a contratada poderá ser apenada isoladamente, ou juntamente com as multas definidas na legislação, com as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; ou
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.2 A falha na execução do Contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no item 12.1 estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

TABELA 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

12.3 Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 06 (seis) meses.

12.4 Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.

12.5 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

12.5.1 Multa 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

12.5.2 No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da Contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.5.3 Multa por inexecução parcial do contrato; 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.5.4 Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o Valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos

12.6 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------

Eduardo Atsushi Kawai

1	1,0% do valor da medição do mês
2	2,0% do valor da medição do mês
3	3,0% do valor da medição do mês
4	5,0% do valor da medição do mês
5	7,0% do valor da medição do mês
6	10,0% do valor da medição do mês

Tabela 3

	Descrição	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter empregado, preposto ou colaborador sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Executar serviço incompleto, paliativo provisório como por caráter permanente, o deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa de Serviço.	4	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal consequências letais.	6	Por ocorrência
9	Atrasar o prazo de implantação e início de execução dos serviços contratados	2	Por dia

Para os itens a seguir, deixar de :

10	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item por ocorrência
11	Cumprir determinação formal instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
13	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida n cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
14	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força contrato.	2	Por ocorrência e por dia
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item por ocorrência
16	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item por ocorrência
17	Disponibilizar os relatórios do sistema de gerenciamento	3	Por dia

12.7 A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.

12.8 Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às Obrigações trabalhistas, tais como salários, vales transporte, vales refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria, caberá a autoridade apurá-la e, Se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor mensal do contrato, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

12.9 Havendo comunicação de desinteresse da CONTRATADA em prorrogar o contrato após o prazo 90 dias, estará sujeita à multa de:

- a) 5% (cinco por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 60º e o 89º dia antes do término do contrato;
- b) 10% (dez por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 20º e o 59º dia antes do vencimento do contrato
- c) 15% (quinze por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação a partir do 19º dia antes do vencimento do contrato até o seu termo.

12.10 A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 12.1. independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.

12.11 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

12.11.1 . Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

12.11.2 Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

12.11.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.11.4 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

12.12 Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.13 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Exercer regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;

13.2 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

13.3 A Contratada se obriga a entregar o objeto deste instrumento, pelo preço e condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão;

13.4 A Contratada deverá substituir os equipamentos se forem constatadas as suas inadequações;

13.5 Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.6 É de inteira responsabilidade da Contratada o atendimento de todos os aspectos de Segurança e da Medicina do Trabalho durante a execução do escopo contratual, bem como respeitar as normas e procedimentos de controle interno;

13.7 A Contratada arcará com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da prestação dos serviços e seus desdobramentos casuísticos, incluindo-se as despesas e ônus trabalhistas e os encargos sociais, bem como os insumos necessários para o total e completo atendimento do Objeto, sejam eles técnicos e legais;

13.8 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente à Subprefeitura quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;

13.9 A Contratada deverá comunicar à Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

13.10 A Contratada deverá arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por Seus empregados quando da execução do objeto contratado;

13.11 A Contratada deverá comunicar à Contratante, imediatamente, caso haja motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos neste instrumento;

13.12 Fica expressamente vedada a subcontratação total ou parcial de outra empresa para a execução do Objeto deste instrumento;

13.13 Correrão por conta exclusivas da contratadas quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, em decorrência deste instrumento

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

14.2 Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

14.3 Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor el/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual;

14.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pela Contratada, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

14.5 Indicar e formalizar responsável pela fiscalização do Contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços.

15 CONDIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os profissionais deverão manter limpo o local de trabalho, zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais, ferramentas e equipamentos peculiares aos serviços.

15.2. Todos os profissionais deverão ser qualificados/habilitados e perfeitamente capacitados para a execução dos serviços que lhe competem qualquer forma de aperfeiçoamento, reciclagem profissional e treinamento para as atividades objeto da presente especificação serão de inteira responsabilidade da contratada.

15.3. Será terminantemente proibido aos profissionais da contratada, durante o período de trabalho em qualquer função, ingerir qualquer tipo de bebida alcoólica, pedir ou receber gratificação de qualquer tipo, sejam elas concedidas a que título for, bem como exercer qualquer outro tipo de atividade alheia àquela inerente ao Contrato

15.4. Todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) deverão ter Certificado de Aprovação, no Ministério do Trabalho e Emprego

15.5 Os funcionários da equipe deverão apresentar-se aos trabalhos devidamente uniformizados e munidos de crachá adequado para a execução dos serviços ora contratados.

15.6 O uso de crachá será dispensado para os profissionais que, em virtude de sua função, seja inviável a utilização.

15.7 Caberá à contratada fornecer no início do Contrato pelo menos 2 (dois) jogos novos de uniformes a cada profissional, devendo mantê-los em perfeito estado de conservação, substituindo-os sempre que necessário, total ou parcialmente, ao longo todo o período de Vigência do Contrato.

15.8 Deverá, ainda, fornecer uma capa impermeável, um par de luvas impermeáveis e bloqueador solar, para todos os profissionais destacados para o exercício regular das atividades, bem como os demais equipamentos de proteção e segurança que se fizerem necessários à execução dos serviços, sejam eles individuais ou coletivos.

15.9 Caberá à contratada responder pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho, responsabilizando-se pela efetiva e correta utilização dos equipamentos de proteção individual elou coletivo, segundo legislação vigente, em especial as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

15.10 Nos trabalhos em vias públicas, os funcionários deverão usar todos os itens de segurança previstos e recomendados por lei e/ou normas pertinentes ao objeto, sendo de única e exclusiva responsabilidade da contratada o seu cumprimento.

15.11 A equipe fica expressamente proibida de trabalhar em quaisquer outros serviços diversos dos especificados neste Termo de Referência.

15.12 Caberá à contratada manter durante toda a execução contratual, Livro de Ordem visando a registrar qualquer comunicação relacionada ao andamento dos serviços e à execução contratual,

15.13 A contratante poderá utilizar o check list, anexo I deste Termo de Referência, para auxiliar a fiscalização das equipes. O check list deverá ser emitido em 2 vias ficando uma em poder da contratante e outra em poder da contratada, e assinado por ambas.

15.14 A fiscalização apontará no Livro de Ordem as eventuais irregularidades constatadas na execução dos serviços ou quaisquer

outras ocorrências pertinentes aos serviços ora contratados, determinando providências para que sejam sanadas e fixando prazo para seu atendimento, podendo, se a gravidade do fato assim indicar, considerar o serviço como não executado naquele dia, justificando sua decisão no Livro de Ordem. Caberá à contratada justificar, via Livro de Ordem, qualquer impossibilidade no cumprimento do prazo estabelecido pela fiscalização.

15.15 A contratada deverá providenciar a substituição de qualquer profissional que venha a ser declarado inadequado para a execução da função, seja por imperícia técnica ou por atitude considerada inconveniente pela fiscalização, no prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas. A substituição deverá ser devidamente registrada pela contratada no Livro de Ordem.

15.16 Ao Responsável da contratada caberá a responsabilidade técnica pela execução dos serviços, além de responder pela equipe. Caberá ainda manter a equipe atualizada quanto às normas técnicas, legais e administrativas, de higiene, de segurança do trabalho e da legislação vigente.

15.17 Nos custos unitários propostos pela contratada deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao fornecimento da mão-de-obra direta necessária à execução dos serviços contratuais especificados, assim entendidas, além das despesas relativas ao pagamento dos salários, aquelas relativas ao pagamento dos respectivos benefícios a que essa mesma mão de obra tem direito, tais como Adicional de Insalubridade, Vale- Cesta, parcela de participação nos Resultados entre outros, de acordo com o que estiver regulamentado na Convenção Coletiva de Trabalho em vigor das categorias empregadas na execução dos serviços objeto do presente,

15.18 Além dessas despesas diretas, os custos unitários propostos pela Contratada deverão incluir, também, todos os gastos advindos da contratação regular dessa mesma mão de obra, relativos ao pagamento das taxas, ônus legais e demais encargos diretos e indiretos, devidamente agrupados na respectiva taxa de Leis Sociais e Trabalhistas LST.

15.19 Na taxa de Bonificação e Despesas Indiretas BDI ofertada pela contratada por ocasião da licitação deverão estar incluídas todas as despesas indiretas relativas aos gastos com a respectiva administração central, local, bem como todos os impostos, taxas e demais ônus legais cabíveis, além do valor relativo à taxa de lucro almejada.

15.20 Os equipamentos obrigatórios à composição de 01 (uma) equipe poderá ser utilizados pela contratada, a seu pedido, na composição de outras equipes, desde que comprovada perante a fiscalização, a compatibilidade dos turnos de trabalho fixados pela contratante e a ausência de qualquer prejuízo das condições Operacionais das equipes, inclusive quanto a carga horária prevista.

A possibilidade de reutilização de equipamentos não desobriga a detentora do dever de fornecer equipamentos distintos para a composição das equipes até o número estabelecido na estimativa mensal prevista, quando necessárias contratações para prestação de serviços simultâneos.

15.21 A equipe poderá a critério da fiscalização da contratante ser desmembrada para atendimento de serviços em locais distintos, desde que mantidas as condições previstas de segurança e acompanhamento por parte da contratada.

15.22 A contratação visa principalmente à manutenção preventiva, portanto a programação diária dos serviços deverá primar pela produtividade, com qualidade e racionalização da programação dos serviços, devendo a contratante vistoriar e relacionar todas as áreas de um mesmo setor ou distrito que necessitar de conservação/manutenção.

15.23 As atendidas não poderão ser objeto de novos serviços no período de 30 (trinta) dias, exceto quando tecnicamente justificada pela contratante no Livro de Ordem e solicitada pela fiscalização do contrato.

16 DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 Será exigida garantia contratual, limitada a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 A garantia poderá ser prestada nas modalidades:

I – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária.

17- DA GARANTIA DA PROPOSTA

17.1 Será exigida a garantia da Proposta que trata o art. 58 da Lei nº 14.133/2021, deverá respeitar o disposto na Portaria SF nº 8, de 21 de janeiro de 2025.

17.2 O valor da garantia para o presente objeto será o equivalente 1% (um por cento) do orçamento estimado.

17.3 A prestação da garantia de proposta, que trata o art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá respeitar o disposto na Portaria SF nº 76, de 22 de março de 2019; Portaria SF nº 338, de 02 de dezembro de 2021, alteradas pela Portaria SF nº 268, de 29 de agosto de 2024 e Portaria SF nº 8, de 21 de janeiro de 2025.

17.4 A garantia para licitar deverá ser feita nas mesmas modalidades e critérios previstos no artigo 96 da Lei 14.133/2021 e Portaria SF nº 76/2019 e suas alterações, com vigência mínima de 90 (noventa) dias, abrangendo o período do processo licitatório.

17.4.1 No caso específico de recolhimento em dinheiro, a DAMSP será emitida diretamente pelo licitante.

17.4.2 Caso haja prorrogação da data de abertura da sessão pública as empresas participantes deverão observar o prazo de vigência da garantia recolhida.

17.5 A documentação que se refere a garantia da proposta para a participação no presente certame, bem como, o comprovante de pagamento da apólice ou da DAMSP, deverão ser apresentados, juntamente com os DOCUMENTOS DA PROPOSTA no dia da Licitação, pela licitante vencedora, sob pena de desclassificação.

17.6 A garantia somente será considerada válida e aceita após análise e validação de seus documentos comprobatórios, sendo observados os itens de conformidade e as orientações presentes no ANEXO I da Portaria SF nº 08/2025, que altera os termos do ANEXO IX da Portaria SF nº 76/2019.

17.7 A licitante é responsável por observar se a garantia cumpre os critérios previstos na Portaria SF nº 76/2019, especialmente em seus artigos 4º, 5º e 6º, acompanhada dos demais documentos exigidos, essencialmente o CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO OBTIDO EM CONSULTA NO SITE DA SUSEP OU DO BACEN.

17.8 O pagamento da apólice ou DAMSP deverá ser efetuado antes da abertura da sessão pública.

17.9 A Garantia será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

18- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

18.1 Indicação do(s) responsável(s) técnico(s) da licitante com habilitação necessária para a execução dos serviços, sendo exigida a inscrição na especialidade de Engenheiro Civil, conforme **Anexo IX — Modelo de Indicação de Responsável Técnico;**

18.2 **Certidão atualizada de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA/CONFEA** na qual conste os seus responsáveis técnicos, nas áreas de engenharia civil.

18.3 A comprovação do responsável técnico da empresa deverá ser feita mediante a apresentação de contrato social ou carteira de trabalho acompanhada da ficha de registro de empregado, ambas com os dados devidamente atualizados. contrato de trabalho ou declaração de contratação futura.

18.4 A empresa deverá apresentar comprovação de aptidão, para desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome da empresa, nos termos do Artigo 67, 2, da Lei 14.133/21, **emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente, com capacidade de 50% (cinquenta por cento) ou mais do objeto, indicando o período da prestação do serviço e caracterização do bom desempenho da licitante, conforme as premissas da Súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE)**

- Manutenção de Vias, logradouros, áreas públicas e desfazimento:

Quantidade de equipes/mês de manutenção e conservação de logradouros públicos e desfazimentos por mês	Quantidade a comprovar de equipes de manutenção e conservação de logradouros públicos e desfazimentos em um período de 6 meses	Quantidades de equipes total a serem comprovadas
1	6	6

18.4.1 Entende-se por pertinente e compatível o(s) atestado(s) que comprove(m) a capacidade de fornecimento em características,

Eduardo Atsushi Kawai

quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, considerando que a premissa da Administração objetiva contratar com qualidade e proporcionar maior competitividade no certame. Esta é uma exigência mínima necessária para garantir o cumprimento das obrigações, com competitividade e escolha mais vantajosa para Administração.

18.4.2 A comprovação da capacidade de atender o objeto da contratação, mencionada no item anterior, poderá ser feita pela soma de atestados a ela relativos no mesmo período.

18.4.3 O(s) atestado(s) Ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

18.4.4 Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos ou não, de acordo com o artigo 67, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, respaldada ainda no Acórdão 14951/2018 – Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União.

18.4.5 Declaração subscrita pelo representante legal da licitante e elaborada em papel timbrado, sob as penas da lei, que prestará os serviços dentro das especificações solicitadas, que possui capacidade de prestação dos serviços na(s) quantidade(s) estimada(s) e que disponibilizará os equipamentos necessários.

18.5 Declaração expressa de que, caso a empresa se sagre vencedora da licitação, compromete-se apresentar após a adjudicação no prazo de 05 (cinco) dias o que segue:

18.5.1 Comprovação que mantém junto a seus funcionários acordo com o P.R.G. — Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais, para avaliação do participante junto a contratação, exigência da NR Nº 09, aprovada pela portaria Nº GM 3.214 de 08/06/78 e alterações — DOU — despacho SSST NP 25 de 29/12/94;

18.5.2 Comprovação que mantém junto a seus funcionários acordo com o P.C.M.S.O — Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, e com exames médicos periódicos para avaliação do participante junto a contratação, exigência da NR nº 7 aprovada pela Portaria Nº GM 3.214 de 08/06/78 — - despacho SSST Nº 24 de 29/12/94;

18.5.3 Declaração de regularidade com as obrigações sindicais e que cumprirá os termos do acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, dos profissionais a serem alocados na execução dos serviços objeto da contratação.

18.5.4 Comprovação que mantém junto aos seus contratantes e seus funcionários, acordo L.T.C.A.T — Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, descrito pela Norma Regulamentadora —NR Nº 15, aprovada pela Portaria 3.214/78 (MTE — Ministério do Trabalho e Emprego) para avaliação técnica do Participante junto à contratação;

19 Estimativa do Valor da Contratação

19.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado, contratações similares, composições referenciais de custos e demais parâmetros técnicos aplicáveis ao objeto, estando acompanhada dos respectivos preços unitários referenciais, memórias de cálculo e documentos de suporte.

19.2 Referida estimativa encontra-se formalizada em documento apartado, devidamente juntado aos autos do processo administrativo.

19.3 O valor estimado da contratação permanecerá sob sigilo até a publicação do edital, em observância ao art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

19.3.1 Considerando a exigência de garantia da proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado será divulgado no instrumento convocatório, para fins de cálculo do limite máximo da garantia, observado o percentual ali estabelecido.

20 DA MODALIDADE E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

20.1 A presente contratação será realizada na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, por se tratar de serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XXI, e art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

20.2 O procedimento será conduzido em sessão pública eletrônica, por meio de sistema oficial de compras do Governo, conforme definido no Edital.

20.3 O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO GLOBAL, observado o valor estimado da contratação.

20.4 A disputa ocorrerá pelo modo aberto, com apresentação de lances públicos e sucessivos, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, salvo disposição diversa no Edital.

21 DA PROPOSTA DE PREÇOS

21.1 A proposta deverá ser apresentada exclusivamente por meio eletrônico, contendo:

I — valor global da contratação;
II — prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;
III — declaração de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos.

21.2 Após a fase de lances, o licitante vencedor deverá encaminhar proposta atualizada, se exigido pelo Edital, no prazo fixado pelo Pregoeiro.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
CHECK- LIST

LOGO DA CONTRATADA				
<u>Ficha Diária de Presença</u>				
Termo de Contrato nº				
Processo Administrativo nº				
Pregão Eletrônico nº				
Contratada:				
Objeto: Contratação de serviços de manutenção de vias, logradouros, áreas públicas e desfazimento, através de 02 (duas) equipes em área sob a jurisdição da SUB-ST.				
EQUIPE			DATA: / /	
HORÁRIO ENTRADA	DE	HORÁRIO DE ALMOÇO SAÍDA		HORÁRIO DE SAÍDA
		ENTRADA		
FUNÇÃO	NOME DO FUNCIONÁRIO	CTPS	ASSINATURA	
			ENTRADA	SAÍDA
FUNCIONÁRIO SUBSTITUTO				
FUNÇÃO	NOME DO FUNCIONÁRIO	CTPS	ASSINATURA	
			ENTRADA	SAÍDA

EQUIPAMENTOS	OBSERVAÇÕES	PRESENÇA	AUSÊNCIA	CONDIÇÕES
RESPONSÁVEL CONTRATADA		RESPONSÁVEL DA CONTRANTE		

ANEXO I-A

LOGO DA CONTRATADA				
Ficha Diária de Presença Termo de Contrato nº <table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 30px; vertical-align: middle;"></table>				
Processo Administrativo nº <table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 30px; vertical-align: middle;"></table>				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº <table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 30px; vertical-align: middle;"></table>				
90002/SUB-ST/2026 <table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 30px; vertical-align: middle;"></table>				
Contratada: <table border="1" style="display: inline-table; width: 150px; height: 30px; vertical-align: middle;"></table>				
Objeto: Contratação de serviços de manutenção de vias, logradouros, áreas públicas e desfazimento, através de 02 (duas) equipes em área sob a jurisdição da SUB-ST.				
EQUIPE			DATA: __/__/__	
HORÁRIO DE ENTRADA	HORÁRIO DE ALMOÇO		HORÁRIO DE SAÍDA	
	SAÍDA	ENTRADA		
FUNÇÃO	NOME DO FUNCIONÁRIO	CTPS	ASSINATURA	
			ENTRADA	SAÍDA
FUNCIONÁRIO SUBSTITUTO				
FUNÇÃO	NOME DO FUNCIONÁRIO	CTPS	ASSINATURA	
			ENTRADA	SAÍDA

EQUIPAMENTOS	OBSERVAÇÕES	PRESENÇA	AUSÊNCIA	CONDIÇÕES
RESPONSÁVEL CONTRATADA RESPONSÁVEL DA CONTRANTE				

ANEXO I-B

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SISTEMAS DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE VEÍCULOS UTILIZADOS NOS SERVIÇOS DE ZELADORIA URBANA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO PORTARIA Nº 24 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Fabrizio Cobra, Secretário Municipal das Subprefeituras, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei e, CONSIDERANDO a necessidade de regularizar e especificar o sistema de monitoramento de zeladoria, por meio da integração de sistemas de GPS com o Sistema de Gerenciamento da Zeladoria ("SGZ"),

RESOLVE:

Artigo 1º: Aprovar as especificações técnicas dos sistemas de monitoramento e gestão de veículos utilizados nos serviços de zeladoria urbana, nos termos que seguem.

Artigo 2º: Para que seja possível a integração de sistema de GPS com o Sistema de Gerenciamento da Zeladoria SGZ, é necessário que a empresa prestadora de serviço envie à Secretaria Municipal das Subprefeituras ("SMSUB"), por meio de WebService, os seguintes dados de localização dos veículos monitorados:

I Latitude;

II Longitude;

III Placa do Veículo.

§1º: A localização atualizada deve ser informada a cada 1 minuto.

§ 2º: Para realizar a integração prevista no caput, pode-se utilizar qualquer empresa de monitoramento de veículos disponíveis no mercado, sendo necessário que a empresa prestadora de serviço entre em contato com a SMSUB, para que receba a autorização e documentação necessária para o desenvolvimento da integração do monitoramento dos seus veículos.

Artigo 3º: O sistema SGZ deve ser utilizado pra controle das seguintes operações:

I - Planejamento dos Serviços de Zeladoria a serem executados;

II - Envio e aprovação das Ordens de Serviços (OS);

III - Recebimento das medições e, no mínimo, 03 (três) fotos dos serviços executados, sendo uma antes do serviço, uma durante e outra do serviço concluído;

§1º: Todos os itens mencionados no caput do artigo deverão ser encaminhados eletronicamente.

§2º: Para que seja possível o cumprimento do previsto no caput e §1º deste artigo, as empresas prestadoras de serviços que estiverem habilitadas e aprovadas pela SMSUB a prestar os serviços de zeladoria, devem optar por uma das seguintes formas para integrar-se ao Sistema de Gerenciamento da Zeladoria SGZ:

I . Caso a empresa prestadora de serviço já tenha sistema próprio para recebimento e retorno das Ordens de Serviços eletronicamente, deverá entrar em contato com a SMSUB para realizar cadastro e para que a Pasta envie a documentação necessária para o desenvolvimento da integração, via WebService, do Sistema de Gerenciamento da Zeladoria SGZ. Neste caso, todos os custos de desenvolvimento da integração e suas possíveis alterações de versões serão de responsabilidade exclusiva da empresa prestadora de serviço, cabendo a SMSUB, ou a quem esta indicar, somente auxiliar tecnicamente dúvidas para realização deste desenvolvimento. Portanto, logo que a empresa prestadora de serviço finalizar sua integração está estará apta a iniciar suas operações de execução dos serviços de Zeladoria, recebendo suas Ordens de Serviços por meio do WebService, devolvendo-as pelo mesmo mecanismo.

ANEXO II

CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA RASTREAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026

PROCESSO: 6052.2026/0000176-7.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

À
SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI

A empresa, estabelecida na nº, complemento, CNPJ nº, telefone, fax:, e-mail:, bairro, Cidade:, Estado, pela presente autoriza e se compromete a fornecer todos os dados e informações que se fizerem necessárias à viabilização do rastreamento por parte da contratante dos veículos que serão disponibilizados e vistoriados pela SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, momento este em que serão autorizados a executar os trabalhos referentes ao objeto da presente contratação e efetuar o lacre dos equipamentos instalados após a efetiva realização dos testes de ativação.

Local e data

(assinatura do responsável da licitante)

Nome/ RG/ Cargo / CPF

Eduardo Atsushi Kawai

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026

PROCESSO: 6052.2026/0000176-7.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

A (empresa)..... inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na....., nº....., telefone/fax nºs....., e-mail....., propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

Descrição	UN	Quantidade Mensal	Preço Unitário	Preço Mensal
Manutenção de vias, logradouros, áreas públicas e desfazimento	Equipe	02		
Valor Unitário Por Equipe: R\$				
Valor Mensal Para 02 (Duas) Equipes: R\$				
Prazo Contratual Global: 06 (Seis) meses				

a) Valor Mensal: R\$().
(em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

b) Valor Global Para 06 (seis) Meses: R\$.....
.....(.....).
(em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

DAS CONDIÇÕES GERAIS

01. Prazo de início da prestação dos serviços será fixado na Ordem de Início a ser emitida pela SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.

02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decreto nº 56.475/2015 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá os serviços de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

04. Declara, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que, caso venha e vencer o certame, terá a disponibilidade dos equipamentos, ferramentas e veículos, conforme exige o Edital e seus Anexos.

DA VALIDADE DA PROPOSTA:

60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, de de 2026

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante) Nome:

R.G.: CPF:

Eduardo Atsushi Kawai

Cargo:

ANEXO III-A

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026

PROCESSO: 6052.2025/0000176-7.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

Objeto: MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO - 1 Equipe

Objeto: MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO - 1 Equipe					
TABELA - CÓDIGO	MÃO DE OBRA				
	FUNÇÃO	QTDE	HORAS	C.UNIT.	VALOR
01131	Técnico de edificações ou construção civil	1	184,89		
02020	Pedreiro	4	184,89		
02099	Servente	8	184,89		
02247	Operador de motosserra	1	92,45		
SUBTOTAL MÃO DE OBRA					
MATERIAIS					
DESCRIÇÃO					VALOR
Materiais, EPC's, ferramentas e sinalizadores (estimado em 4,5% da mão de obra)					
SUBTOTAL MATERIAIS					
TABELA - CÓDIGO	EQUIPAMENTOS				
	FUNÇÃO	QTDE	HORAS	C.UNIT.	VALOR
94113	Caminhão basculante 4m³ (h.produtiva)	01	92,45		
94113	Caminhão basculante 4m³ (h.improdutiva)	01	92,45		
94216	Caminhão "munck" (h.produtiva)	01	92,45		
94216	Caminhão "munck" (h.improdutiva)	01	92,45		
94045	Retroescavadeira (h.produtiva)	01	184,89		
112200	Furgão longo, teto alto	01	184,89		
94307	Motosserra (h.produtiva)	01	92,45		
94306	Soquete vibratório (h.produtiva)	01	184,89		
94019	Compressor portátil (h.produtiva)	01	184,89		
94281	Rompedor (h.produtiva)	01	184,89		
	Banheiro Químico c/ carretinha	01	184,89		
	Serra Circular	01	184,89		
	Betoneira 400 l	01	92,45		

	Gerador de Energia	01	92,45		
	Maçarico à Gás	01	92,45		

SUBTOTAL EQUIPAMENTOS					
TABELA - CÓDIGO	SISTEMA DE RASTREAMENTO				
	DESCRIÇÃO	QTDE	HORAS	C.UNIT.	VALOR
MERCADO	Equipamento de rastreamento e monitoramento (GPS)	04			
MERCADO	Plano de dados para rastreamento	04			
MERCADO	Aparelho celular comum	05			
MERCADO	Plano de dados telefonia móvel	05			
SUBTOTAL SISTEMA DE RASTREAMENTO					
TABELA - CÓDIGO	SISTEMA DE ZELADORIA				
	DESCRIÇÃO	QTDE	HORAS	C.UNIT.	VALOR
Prefeitura		Sistema de Gestão de Zeladoria (SGZ) - Sobre este valor não aplicar BDI	1,00		
Prefeitura	Sistema de Gestão de Zeladoria (SGZ) - Sobre este valor não aplicar BDI	1,00			
SUBTOTAL SISTEMA DE ZELADORIA					
RESUMO					
DESCRIÇÃO					VALOR
Mão de Obra					
Materiais					
Equipamentos					
Sistema de rastreamento					
SUBTOTAL					
BDI					
SUBTOTAL COM BDI					
SGZ					
VALOR MENSAL (SUBTOTAL COM BDI + SGZ)					

ANEXO III-B

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE LEIS SOCIAIS E TRABALHISTAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026

PROCESSO: 6052.2025/0000176-7.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

DESCRIÇÃO	%	ACUMULADO
GRUPO A		
SUB TOTAL – GRUPO A		

GRUPO B		
SUB TOTAL – GRUPO B		

GRUPO C		
SUB TOTAL – GRUPO C		

GRUPO D		
SUB TOTAL – GRUPO D		

GRUPO E		
SUB TOTAL – GRUPO E		

RESUMO	
Grupo A	
Grupo B	
Grupo C	
Grupo D	
Grupo E	
TOTAL	

ANEXO III-C

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO E TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026

PROCESSO: 6052.2026/0000176-7.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

DESCRIÇÃO	%	ACUMULADO
DESPESAS INDIRETAS		
SUBTOTAL DESPESAS INDIRETAS		

ENCARGOS LEGAIS		
SUB TOTAL ENCARGOS LEGAIS		

LUCRO		
SUBTOTAL - LUCRO		

RESUMO		
Despesas Indiretas		
Encargos Legais		
Lucro		
TOTAL		

ANEXO IV

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026
PROCESSO: 6052.2026/0000176-7.
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

A empresa inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de _____ de 20...

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO V**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026****PROCESSO: 6052.2026/0000176-7.****TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1)** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.
- 2)** que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3)** que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4)** que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5)** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 7)** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8)** Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

São Paulo, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal da empresa/procurador
Nome completo, cargo ou função e assinatura

ANEXO V-A

MODELO DE DECLARAÇÃO ATESTANDO SOB AS PENAS DA LEI QUE A EMPRESA NÃO SE ENCONTRA INSCRITA NO CADIN – CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/SUB-ST/ 2026

PROCESSO Nº 6052.2026/0000176-7

A empresa, com sede na, inscrita no CNPJ sob nº, por intermédio de seu representante legal/procurador da licitante, o(a) Sr(a)., DECLARA , sob as penas da lei e por ser expressão da verdade, que não está inscrita no CADIN – Cadastro Informativo Municipal.

São Paulo, de de 2026.

assinatura, carimbo do CNPJ e identificação do representante legal/ procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF :

Cargo/função:

ANEXO VI**CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
(BALANÇO PATRIMONIAL)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026
PROCESSO: 6052.2026/0000176-7.
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

Índice de Liquidez Geral (LG):	<u>Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo</u> Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	≥
Índice de Liquidez Corrente (LC):	<u>Ativo Circulante</u> <hr/> Passivo Circulante	≥
Índice de Solvência Geral (IS):	<u>Ativo</u> <u>total</u> <hr/> Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	≥

São Paulo, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal / procurador da empresa
Nome / Cargo / RG / CPF

Assinatura do Contador/Técnico de Contabilidade CRC

Serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez geral - índice maior ou igual a 1,00

Liquidez corrente - índice maior ou igual a 1,00

Solvência geral - índice maior ou igual a 1,00

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE COM A SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026

PROCESSO: 6052.2026/0000176-7.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

A empresa, estabelecida na nº, complemento, CNPJ nº, telefone:, e-mail:, bairro, Cidade: , Estado:, pela presente DECLARA, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que apresentará, por ocasião da lavratura do contrato, a Certidão de Registro no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMET) expedida pela Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho da Delegacia do Trabalho de acordo com o Artigo 162 da CLT e regulamentada pela NR4 da Portaria 3214/78, ou documentos equivalentes e que atenderá toda a legislação vigente sobre a promoção e preservação da saúde dos trabalhadores.

Local e data

(assinatura do responsável da licitante) Nome RG

CPF

Cargo

ANEXO VIII

MODELO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026
PROCESSO: 6052.2026/0000176-7
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

À
SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI

A empresa, estabelecida na nº, complemento, CNPJ nº..... ,
telefone:, e-mail:, bairro, Cidade:, Estado , INDICA
como responsável técnico os profissionais abaixo:

Nome	Inscrição CREA / CAU

Local e data
(assinatura do responsável da licitante) Nome
RG/CPF
Cargo

ANEXO IX**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026****PROCESSO: 6052.2026/0000176-7****TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

À**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

A empresa, estabelecida na nº, complemento, CNPJ nº, telefone:, fax:, e-mail:, bairro, Cidade:, Estado, pela presente DECLARA, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que disponibilizará veículos/equipamentos nas quantidades e modelos nos termos do objeto do presente certame e, caso seja a vencedora, apresentará por ocasião da assinatura de cada Contrato ou da retirada de cada Nota de Empenho, os documentos de propriedade ou posse mediante contrato de arrendamento mercantil ("leasing") definido na Lei 7132/83, dos veículos/equipamentos em seu nome ou através de contrato de locação, e cópia autenticada da C.N.H. dos motoristas/operadores.

Disponibilizará os caminhões adequados e com ano de fabricação não superior a 10 (dez) anos ou mais recente, incluído o equipamento de monitoramento e rastreamento GPS em perfeito funcionamento para a realização do objeto do certame, conforme especificações do Anexo I do edital.

Disponibilizará os furgões ou similar adequados e com ano de fabricação não superior a 10 (dez) anos ou mais recentes para a realização do objeto do certame.

Disporá de motoristas e operadores devidamente qualificados e habilitados para a condução dos caminhões, veículos e operação dos equipamentos.

Prestará os serviços dentro das especificações solicitadas, bem como de que possui capacidade de prestação dos serviços na quantidade estimada do ANEXO I do edital.

Todos os motoristas dos caminhões estarão equipados com rádio de comunicação, devidamente homologado pela Anatel com linha telefônica ou aparelho celular para viabilizar o contato em face da característica a que se presta o serviço contratado.

Autorizará o rastreamento, apresentando juntamente com a documentação a Carta de Autorização de Rastreamento, conforme modelo do ANEXO II do edital.

Local e data**(assinatura do responsável da licitante) Nome/RG/CPF/Cargo**

ANEXO X

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº XXX/SUB-ST/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026
PROCESSO: 6052.2026/0000176-7

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, ATRAVÉS DE 02 (DUAS) EQUIPES PADRÃO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SUBPREFEITURA SANTANA/TUCURUVI

CONTRATADA: XXXXXX

VALOR DO CONTRATO: XXXXXXXX

DOTAÇÃO A SER ONERADA: 45.00.45.10.15.452.4021.2.339.3.3.90.39.00.00.1.500.90010

NOTA DE EMPENHO: XXXXXXXX

Termo de Contrato que entre si celebram o Município de São Paulo, por meio da **SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI**, e a empresa.....

O Município de São Paulo, por sua **SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI**, neste ato representada por....., adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa....., com sede na, nº, Bairro: Cidade:....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº, neste ato representada por seu representante legal (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada CONTRATADA, de acordo com o despacho autorizatório do Senhor Subprefeito exarado sob o SEI nº, do processo em epígrafe, publicado no DOC em / /2025, à pág Os preços foram alcançados na sessão da **PREGÃO ELETRÔNICO 90002/SUB-ST/2026**, registrados em ATA sob SEI nº e demais elementos do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS, ÁREAS PÚBLICAS E DESFAZIMENTO, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA SOB JURISDIÇÃO DA SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI. Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.

1.2. Fazem parte deste contrato, ainda, as cláusulas constantes do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-ST/2026, bem como a ordem de início que for emitida e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ocorrer.

CLÁUSULA SEGUNDA
DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. Os serviços serão prestados no perímetro de atuação da SUBPREFEITURA DE SANTANA/TUCURUVI.
2.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações e composição das equipes contidas no Anexo I - Termo de Referência -, do Edital de Pregão Eletrônico Nº 90002/SUB-ST/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO CONTRATUAL

- 3.1. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data fixada na ordem de início dos serviços, podendo ser prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 107 da Lei nº 14.133/21, do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022 e suas alterações posteriores, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os do mercado.
3.2. Ainda, ressalta-se que a prestação do serviço deverá ser iniciado a partir da emissão da ordem de início, após a homologação do procedimento licitatório e assinatura do Contrato.
3.3. Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste, deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.
3.4. Na ausência de expressão, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/22, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.
3.5. A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.
3.6. Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

- 4.1. O valor total estimado da presente contratação para o período de 06 (Seis) meses é de R\$ ().
4.2. O valor mensal estimado da presente contratação é de R\$ remuneração dos seguintes itens: (), correspondendo à

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR MENSAL DA EQUIPE
1	Contratação de serviços de manutenção de vias, logradouros, áreas públicas e desfazimento, através de 02 (duas) equipes padrão, para execução dos serviços na área sob a jurisdição da Subprefeitura de Santana/Tucuruvi, pelo período de (06) meses. Os serviços serão prestados no Município de São Paulo, nas áreas geográficas que compõem a região da Subprefeitura Santana/Tucuruvi, observadas as especificações técnicas contidas neste anexo.	2	R\$

- 4.3. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuto no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
4.4. Para fazer as despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº, no valor de R\$, onerando as dotações orçamentárias nº 45.00.45.10.15.452.4021.2.339.3.3.90.39.00.00.1.500.90010 do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.
4.5. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.
4.6. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
4.7. Os preços somente poderão ser reajustados ou repactuados, anualmente, de acordo com o art. 128 do Decreto nº 62.100/2022.
4.7.1 O índice de reajustamento de preço, terá como data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º da Lei 14.133/21.
4.7.2. Conforme estabelecido na Portaria SF nº 389/2017, deverá ser adotado como índice de reajuste, a fim de compensar os efeitos das variações inflacionárias, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômica - FIPE.
4.7.3. Os reajustamentos serão formalizados por meio de apostilamento.
4.8 Os pedidos de repactuação, os quais não poderão compreender custos extraordinários, dependerão de requerimento da contratada instruído minimamente com documento que demonstre analiticamente a alteração dos custos, por meio de planilha de custos e formação

de preços e acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, desde que não sejam restritos à categoria da Administração Pública em geral.

4.8.1. A planilha que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custos inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

4.8.2. A primeira repactuação observará o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data-limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço ou da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos.

4.8.3. A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá à data do pedido e não será concedida nova repactuação no prazo inferior a 12 (doze) meses contados do último pedido.

4.8.4. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, observados os procedimentos previstos nos arts. 129 a 137 do Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022.

4.9. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

CLÁUSULA QUINTA **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1. São obrigações da CONTRATADA, além das constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital:

- a) Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;
- b) Garantir total qualidade dos serviços contratados;
- c) Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo às especificações e obrigações descritas no Termo de Referência, ANEXO I do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;
- d) Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;
- e) Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;
- f) Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;
- g) Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;
- h) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- i) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;
- j) Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2. Fica vedada a cessão e transferência total dos serviços objeto do contrato, ressalvadas as subcontratações parciais previstas as quais deverão ser previamente submetidas à autorização expressa da Administração, sob pena de rescisão;

- a) A subcontratação previamente autorizada somente poderá ser feita com empresas que comprovem regularidade fiscal à época dos serviços (tributos mobiliários, INSS e FGTS).
- b) Deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.
- c) Deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.

5.3. A subcontratação que trata o subitem anterior deverá observar as normas previstas no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, cabendo-lhe especialmente:

- a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
- b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
- d) Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc., realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;

- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
 - f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
 - g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
 - h) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
 - i) Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/2022;
 - j) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
 - k) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem crachá ou qualquer outra identificação da empresa, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.
- 6.2. A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
- 6.3. A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

CLÁUSULA SETIMA **DO PAGAMENTO**

- 7.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar do dia seguinte da entrega da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura e de toda documentação exigida pela Portaria SF 275/2024, pela contratada
- a) Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
 - b) Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.
- 7.2. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.
- a) No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A e 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 53.151/12.
 - b) Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 53.151/2012 e da Portaria SF nº 124/22.
- 7.3. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia (s) da (s) mesma(s) deverá (ão) acompanhar os demais documentos.
- 7.4. A Contratada a cada pedido de pagamento, deverá apresentar os documentos exigidos no item 7.2., bem como os documentos a elencados na Portaria SF 275/2024:
- 7.5. Se a licitante não for cadastrada como contribuinte no Município de São Paulo deverá apresentar, declaração firmada por seu representante legal ou procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com o objeto contratual;
- 7.6. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 7.7. A apresentação da primeira via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal-Fatura pela CONTRATADA deverá ser feita somente após a elaboração da planilha de medição pela fiscalização do contrato, da qual deverão constar os serviços efetivamente realizados no período de medição, bem como eventuais descontos (glosas) apontados estritamente de acordo com as especificações técnicas, e ainda multas ou indenizações devidas.
- 7.8. Quando das solicitações de pagamento, serão observadas as normas municipais em vigor, relativas ao ISS sobre os serviços prestados, em especial o Decreto Municipal nº 53.151/2012, que regulamenta dispositivos da Lei Municipal nº 13.701/2003.
- 7.9. O Fiscal do Contrato, ao receber todos os documentos necessários à liquidação e pagamento, deverá identificar no documento fiscal a data de recebimento nos termos da Portaria SF nº 275/2024, art. 1 § 8º.
- 7.10. Devem estar discriminados nos documentos fiscais, detalhadamente, a quantidade e o preço dos materiais e/ou a identificação dos serviços, o período a que se referem, com os correspondentes preços unitários e totais.
- 7.11. Apontamentos de débitos ou falta dos documentos previstos no inciso I do art. 3 da Portaria SF 275/2024, não impedem a realização do pagamento, devendo a CONTRATANTE analisar a hipótese de aplicação de penalidade e/ou rescisão contratual;

- 7.12. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010;
- 7.13. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará a aceitação dos serviços;
- 7.14. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal da Fazenda, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA **DO CONTRATO E DA RESCISÃO**

- 8.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.
- 8.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.4. Sob pena de rescisão, a CONTRATADA não poderá transferir, ceder ou subcontratar no todo as obrigações assumidas neste contrato, ressalvadas as subcontratações parciais, as quais deverão ser submetidas à PREFEITURA para autorização.
- 8.5. A subcontratação que trata o subitem anterior deverá observar as normas previstas no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2.021.
- 8.5.1. A subcontratação autorizada somente poderá ser feita com empresas que comprovem regularidade fiscal à época dos serviços (INSS, FGTS e tributos mobiliários do Município de S. Paulo ou da sede da empresa).
- 8.6. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 8.7. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 8.8. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.9. Na hipótese de rescisão administrativa, a CONTRATADA reconhece, neste ato, os direitos da CONTRATANTE, previstos no artigo 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.9.1. São direitos da CONTRATANTE:
- 8.9.1.1. A assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- 8.9.1.2. Ocupar ou utilizar-se do local, das instalações, dos equipamentos, do material e dos indivíduos empregados na execução do contrato, tomando ações que achar pertinentes para a continuidade do serviço;
- 8.9.1.3. Promover a execução da garantia contratual para:
- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- 8.9.1.4. Executar a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- 8.10. Dar-se-á a rescisão do contrato em qualquer dos motivos especificados no artigo 138, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem assim o referido no parágrafo único do artigo 29, da Lei Municipal nº 13.278/2002, independentemente da notificação ou interpelação judicial.
- 8.10.1. Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.
- 8.11. A Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, adiar, revogar ou mesmo anular a presente licitação, sem que isso represente motivo para que as empresas participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização, conforme artigo art. 71, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.12. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 8.13. A Contratada obriga-se a manter, durante o prazo de execução do ajuste, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.
- 8.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 8.15. A Contratada deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.16. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.
- 8.17. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA **DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

- 9.1. A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, Anexo I do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.
- 9.2. A execução dos serviços do objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização e pela CONTRATANTE, o qual deverá estar acompanhado dos demais documentos pertinentes para fins de pagamento, conforme descrito na Cláusula Sétima deste instrumento contratual.
- 9.2.1. A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 9.3. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.
- 9.4. O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.
- 9.5. Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.
- 9.5.1. O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA **DAS PENALIDADES**

- 10.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 10.2 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- 10.2.1 comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- 10.2.2 manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.
- 10.3 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:
- 10.3.1 Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- 10.3.2 Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;
- 10.3.3 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.
- 10.4 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 19.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.
- 10.5 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:
- 10.5.1 Com fundamento na Lei 14133/21, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, observando-se os procedimentos contidos no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/03, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas na legislação, com as seguintes penalidades:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar; ou
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

- 10.5.2 A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no item 10.1, estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

10.5.3 Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 06 (seis) meses.

10.5.4 Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.

10.5.5 A Contratada estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

10.5.5.1 Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

10.5.5.2 No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.5.5.3 Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.5.5.4 Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.6 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1,0% do valor da medição do mês
2	2,0% do valor da medição do mês
3	3,0% do valor da medição do mês
4	5,0% do valor da medição do mês
5	7,0% do valor da medição do mês
6	10,0% do valor da medição do mês

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter empregado, preposto ou colaborador sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa de serviço.	4	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência

6	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
9	Atrasar o prazo de implantação e início de execução dos serviços contratados	2	Por dia

Para os itens a seguir, deixar de:

10	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item por ocorrência
11	Cumprir determinação formal instrução complementar da FISCALIZAÇÃO	2	Por ocorrência
12	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
13	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
14	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por iteme por ocorrência
16	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por iteme por ocorrência
17	Disponibilizar os relatórios do sistema de gerenciamento	3	Por dia

10.7 A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.

10.8 Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vales transporte, vales refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor mensal do contrato, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

- 10.9 Havendo comunicação de desinteresse da CONTRATADA em prorrogar o contrato após o prazo previsto no item 1.3 deste Contrato, estará sujeita à multa de:
- a) 5% (cinco por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 60º e o 89º dia antes do término do contrato;
 - b) 10% (dez por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 20º e o 59º dia antes do vencimento do contrato;
 - c) 15% (quinze por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação a partir do 19º dia antes do vencimento do contrato até o seu termo.
- 10.10 A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 10.5.1, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.
- 10.11 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA
- 10.11.1 Se os valores das faturas não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.
- 10.11.2 Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 10.11.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 10.11.4 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10(dez) dias úteis, contado da solicitação de CONTRATANTE.
- 10.12 Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.13 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA **PRIMEIRA DA GARANTIA**

- 11.1- Deverá ser prestada garantia para contratar, após 15 (quinze) dias da assinatura do ajuste, no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que será prestada mediante depósito no Tesouro Municipal, com memorando a ser retirado na unidade contratante para este fim.
- 11.1.1. O descumprimento da cláusula acima acarretará a aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso, e, no caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato.
- 11.2- As garantias e seus reforços responderão por todas as multas que forem impostas à Contratada e por todas as importâncias que a qualquer título, forem devidas pela contratada à Prefeitura do Município de São Paulo.
- 11.2.1- Em caso de insuficiência, será a Contratada notificada para, no prazo de 72(setenta e duas) horas, completar o valor das multas, sob pena de rescisão do contrato.
- 11.3- Para requerer o levantamento da caução, a Contratada deverá apresentar o seguinte documento:
- 11.3.1- Pesquisa fonética em nome da empresa Contratada, junto a Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e, em havendo ações em curso contra a Contratada e estando o Município de São Paulo no polo passivo da ação, a empresa deverá apresentar Certidão de Objeto e Pé, atualizada das ações existentes;
- 11.3.1.1-Caso a Administração Pública Municipal figure no polo passivo de alguma ação trabalhista, esta se reservará o direito de reter a fiança até o final da decisão da Justiça Trabalhista, nos termos da Súmula nº 331 do TST, sem prejuízo de outras medidas cabíveis para seu completo ressarcimento.
- 11.4- O reforço e/ou a regularização da garantia – excetuada a hipótese prevista no item 9.5-, deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação, feita por escrito pela Contratante, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades previstas neste Contrato.
- 11.4.1- No prazo acima aludido poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o transcurso do prazo, se ocorrer motivo justificado aceito pela CONTRATANTE.
- 11.5- A garantia prestada deverá ser substituída automaticamente pela Contratada quando da ocorrência de seu vencimento, independentemente de comunicado da Contratante, de modo a manter ininterruptamente garantido o contrato celebrado, sob pena de incorrer a Contratada nas penalidades previstas neste contrato.
- 11.6- Por ocasião do encerramento deste ajuste, o que restar da garantia da execução do contrato e seus reforços serão liberados ou restituídos após a liquidação das multas aplicadas ou após a dedução de eventual valor de condenação da Contratada, nos termos do item 11.3. deste Contrato.
- 11.7. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA **ANTICORRUPÇÃO**

12.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, nos termos do Decreto Municipal nº 56.633/ 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA **DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

13.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

13.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

13.4. Fica a CONTRATADA está ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

13.5. A Administração reserva-se o direito de executar, através de outras contratadas, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação nos mesmos locais.

13.6. A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.7. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 13 do edital.

13.8. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública sob SEI e do Processo Administrativo SEI nº

.....
13.9. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal n.º 62.100/22, Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA **DO FORO**

14.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E, para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, dd de mmm de 2026.

Prefeitura do Município de São Paulo CONTRATANTE

CONTRATADA

Nome:

RG:

Cargo: